

## Dossier

### Frederico X novo Rei da Dinamarca: um fenómeno de proximidade

por António Pinheiro Marques

## Casa Real

### Duque de Bragança e Infante Dom Dinis visitam Manila e Macau

... e uma mensagem  
de Londres

2.<sup>a</sup> Edição

"Porque sou Monárquico"  
50 anos 25 de Abril

Gonçalo Ribeiro  
Telles: arquitecto  
da democracia

## ENTREVISTA

José Miguel Sardica

"O movimento monárquico pode e deve ser uma voz activa no debate público. Tem o direito de o fazer, rompendo o gueto em que alguns o querem encerrar."

Constituiu uma enorme alegria para a direcção da Real Associação de Lisboa, e para mim em particular, a homenagem realizada ao Arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles, nos 50 anos do 25 de Abril, através da reedição da antologia de textos políticos “Porque Sou Monárquico”. Esta foi apresentada no passado dia 23 de Abril no Palácio de São Bento e contou com os preciosos testemunhos de seus companheiros de caminho, Augusto Ferreira do Amaral e João Barroso Soares, além duma alocução do historiador José Miguel Sardica, que publicamos integralmente neste número.

Foi-nos particularmente grato ter concretizado essa homenagem nas antigas Cortes, opção simbólica que teve como intenção relevar a importância dos monárquicos na transição do Estado Novo para um regime parlamentar representativo. Acontece que foi naquele antigo convento que, ao tempo da monarquia liberal, em pleno século XIX, se ensaiaram os primeiros e acidentados passos duma democracia moderna em Portugal. Com significativa assistência, compareceram à sessão familiares do homenageado, o Vice-Presidente da Assembleia da República, Diogo Pacheco de Amorim, evento a que os Senhores Duques de Bragança, acompanhados do Senhor Infante Dom Dinis, se dignaram honrar com a sua presença.

Nunca é demais relembrar o importante protagonismo assumido por Gonçalo Ribeiro Telles entre os anos cinquenta e setenta do século XX na transição do regime, que culminou com a sua eleição como deputado da AD e designação para Ministro da Qualidade de Vida do governo de Francisco Sá Carneiro. Tal percurso aconteceu, resumidamente, com a criação em 1957 do Movimento dos Monárquicos Independentes, a que se seguiria o Movimento dos Monárquicos Populares, com a posterior integração em 1969 na Comissão Eleitoral Monárquica, para concorrer à Assembleia Nacional.

“Uma monarquia, na complexidade das sociedades actuais, só poderá perdurar assente em consensos largos e profundos duma nação antiga como a nossa, que legitimem a prevalência dessa tradição

Hoje mais conhecido como fundador do movimento ecologista em Portugal, Ribeiro Telles sempre foi um exemplo da moderação e da abrangência política, um aspecto particularmente relevante num líder

monárquico. Como não me canso de repetir, a chefia de Estado Real, o rei só o será algum dia enquanto máximo zelador da liberdade de todos, todos, todos. Uma monarquia, na complexidade das sociedades actuais, só poderá perdurar assente em consensos largos e profundos duma nação antiga como a nossa, que legitimem a prevalência dessa tradição.

Independentemente do equívoco em que se tornou o projecto do PPM, que Ribeiro Telles fundou com algumas das mais excepcionais personalidades políticas de então, como Henrique Barrilero Ruas, Francisco Rolão Preto e Augusto Ferreira do Amaral, a sua liderança e autoridade — que extravasou o âmbito dos monárquicos — deve merecer-nos profundo respeito. Não partilhando algumas das suas posições políticas, admiro-o como o comunicador cativante e inato que foi, como católico praticante assumido, e pela manifesta lealdade à Causa Real e à Casa de Bragança, na pessoa do Senhor Dom Duarte. Sublinho o facto de como até poucos anos antes da sua morte em 2020, fez questão em participar na vida da Real Associação de Lisboa, de que era membro, e com ele tive o privilégio de me cruzar em Assembleias Gerais e de o entrevistar para esta revista em 2014.

Razões que bastam para não prescindir da nossa marca nos 50 anos do 25 de Abril que o país celebra por estes dias. Porque a democracia e a liberdade são o território natural das monarquias europeias bem-sucedidas e dos monárquicos portugueses.

João Távora  
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.  
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira,  
das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: [secretariado@realisboa.pt](mailto:secretariado@realisboa.pt)

Todos os números do boletim em pdf em:  
[www.realisboa.pt](http://www.realisboa.pt)

Real Associação de Lisboa



Foto de capa ©Nuno Albuquerque

CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora  
Redacção: João Vacas, João Távora, Pedro Velez, Carlota Cambournac (revisão final)  
Design e edição: Ana Olivença  
Produção: Sinapse Media  
Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo  
1800 exemplares  
Isenta de inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1, alínea a)



Pedro Quartin Graça  
Presidente da Direção  
Nacional da CAUSA REAL



As eleições legislativas realizaram-se no passado mês de Março. Três meses depois, vai ter lugar no próximo dia 9 de Junho a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu. Somos do entendimento que o movimento monárquico não deve ficar indiferente a este momento. Trata-se de um acontecimento chave para o futuro da Europa e, por arrastamento, para Portugal. Portugal e a humanidade em geral enfrentam actualmente um conjunto de múltiplos desafios que se revelarão como os da maior importância de sempre na história do planeta. No caso da União Europeia, esta está perante uma panóplia de problemas, para os quais só muito diminutamente contribuiu, em que as suas populações são diariamente confrontadas com uma narrativa oficial que as responsabiliza, por exemplo, de serem seres

grandes responsáveis pela poluição da Terra, sendo-lhes agora imposta uma sobrecarregada agenda de sacrifícios, os quais, afirmam os acusadores, mitigarão a “grave crise climática” existente, apontada esta como estando na origem de tudo o que de mal se passa no mundo.

A par, Portugal e a União Europeia terão de decidir o tipo de sociedades que podem (ainda...) construir.

No que respeita à participação de Portugal nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, deve estar na primeira linha do pensamento dos monárquicos a escolha por projecto(s) que pugne(m), de forma intransigente, pela defesa do interesse nacional, a qual deve ser decisivamente assegurada pelos deputados portugueses a serem eleitos ao Parlamento Europeu. A estes é exigível que, no quadro europeu, se batam pela prossecução do bem-estar dos portugueses e do interesse público, ou seja, pela defesa e a promoção intransigente do interesse nacional no quadro de uma União Europeia com interesses muito conflituantes entre os seus integrantes.

Em segundo lugar, e essa tem sido sempre

uma bandeira da esmagadora maioria dos monárquicos portugueses, o combate pela Europa das Nações, contra a Federação.

A primeira, a Europa das Nações, é a que melhor salvaguarda a liberdade de decisão de cada um dos Estados-Membros, o respeito pelas tradições, costumes e instituições de cada Estado, respondendo, em simultâneo, às aspirações de soberania e de igualdade entre os Estados no plano europeu e internacional.

Assim, a defesa da Europa das Nações tem de passar pela promoção das componentes intergovernamental e interparlamentar e não pela defesa ou promoção de todos e quaisquer elementos de carácter supranacional e/ou de vocação federalista.

A defesa da Europa e da UE em particular deve fazer-se, também,

no combate a projectos megalómanos e profundamente antidemocráticos como, a título de exemplo, as exigências sanitárias no quadro da OMS e a identidade e/ou a moeda digital (CBDC), todos eles manifestamente violadores das liberdades individuais.

Ou seja, os monárquicos portugueses deverão estar ao lado de todos quantos se batem pela intransigente defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos europeus, contra a criação de uma administração totalitária na Europa, de tipo supranacional ou federalista.

Uma organização como a CAUSA REAL não pode ser indiferente a tudo o que se passa na Europa e na UE em particular, centrada como está, tanto hoje como no seu passado, num combate que envolve pessoas, escolhas e a defesa de uma agenda humanista de valores, princípios e comportamentos que apenas poderão ser efectivamente garantidos com a Instituição Real. Estejamos, pois, todos activamente atentos aos vários projectos em compita e escolhamos aquele que mais vai ao encontro daquilo que defendemos.

“O combate pela Europa das Nações tem sido sempre uma bandeira da esmagadora maioria dos monárquicos portugueses.”

29

ÍNDICE

6 OPINIÃO E DEBATE

• Sobre a revisão constitucional...um precedente a assinalar | Pedro Velez

7 ENSAIO

• A eterna busca da res publica: os monárquicos e Gonçalo Ribeiro Telles na transição democrática de 1974 | José Miguel Sardica

14 CONVIDADO ESPECIAL

• Sebastião Sá Marques

16 DOSSIER

• Frederico X novo Rei da Dinamarca - um fenómeno de proximidade | António Pinheiro Marques

18 ENTREVISTA

• José Miguel Sardica | João Távora

23 NOTICIÁRIO

• Reais Associações

NOTÍCIAS DA CASA REAL PORTUGUESA

• SAR o Senhor Duque de Bragança e SA o Senhor Duque do Porto visitam a Ásia  
• Uma mensagem de Londres

33 BIBLIOTECA - por Vasco Rosa

• Constança Telles da Gama: Fio-de-Prumo  
| Autor: Maria João da Câmara

# PORTVGAL pela mão e no coração de Paulo Teixeira Pinto

JOÃO VACAS

Tenho na mão mais do que um livro e tenho dificuldade em caracterizá-lo. A sua capa esclarece que se trata de uma visão mística e poética dividida em oito testemunhos, oito itinerários e oito arcanos e os editores sublinham a circunstância de esta ser uma narrativa pessoal acerca de episódios da história de Portugal. Que me perdoe a edição, mas encontro nele muito mais.

Fosse esta apenas uma narrativa pessoal e não ressoaria nela tanta gente, não seriam percorridos tantos sítios já (des)conhecidos, não nos encontraríamos subitamente connosco e diante de outros. Foi uma alegria especial poder lê-lo, aprender tanto e recordar muito.

Na afonia colectiva em que tristemente decaímos, Paulo Teixeira Pinto ofereceu a sua voz a muitas das melhores que compõem a que deveria ser a nossa e que contribuíram para nos unir no destino octogonal – sincreticamente temporal, espiritual e infinito - que extravasou fronteiras e as eras e rompeu resolutamente “as arcas e os odres”, como a *Malta das Naus* de António Gedeão, que também ali surge, ortonimamente, para nos recordar o mar e a barca que fomos e que se (a)fez àquele.

De todos os testemunhos na primeira pessoa, tocou-me o desejo de desprendimento do Desejado, cansado de o ter sido e de deambular, Encoberto, na periferia da morte eterna onde Deus (ainda) o não quis receber. Terá o Senhor D. Sebastião finalmente conhecido a cor do medo, já que se terá mantido resolutamente acrómico enquanto morria devagar? Terão as guitarras jazentes - dez mil segundo Catherine Clément -, tangidas pela areia e pelo vento que primeiramente amortalharam a El-Rei, trinado alguma nota dolorida e elegíaca em sua memória? Terá alguma embalado o eterno sono acordado daquele que fechou imperialmente a coroa portuguesa e reclamou para si a capitania dos exércitos de Deus?



A imagem errante e impetrante por terras da não-vida da fatal Alteza que se fez Majestade recordou-me a mais comezinha, mas não menos dramática, figura do Judeu no Auto da Barca do Inferno. A este, nem o Diabo queria, mas, até a este, foi-lhe permitido seguir à toa - atrelado à Barca onde não podia sequer pôr pé - rumo ao castigo infundo. D. Sebastião apenas pede a condição de servo, o perpétuo esquecimento e um fim definitivo.

Paulo Teixeira Pinto revisitou a “gentileza”, «requisito e pressuposto mandatário para se poder vir a ser ordenado cavaleiro» constante das Ordenações Afonsinas, e os três modos de a alcançar: «a primeira, por linhagem; a segunda, por saber; a terceira, por bondade».

Talvez uma das nossas maiores imperfeições colectivas tenha sido a de, historicamente, termos privilegiado a palavra “fidalgo” como designação indutora de reverência enquanto relegámos “gentil-homem” para os ofícios da Corte: escolhemos para os Grandes o caminho pessoalmente menos exigente - limitado à ascendência - e essa aparente dispensa do dever, a que felizmente nem todos cederam, ter-se-á reflectido num menor esforço generalizado de aperfeiçoamento.

Deambulei por entre as páginas e encontrei nelas sons, cheiros, sabores e luz, e não só velas expiatórias; luz que vislumbro poucas vezes na maioria dos olhos daqueles com quem me cruzo. Desconfio que estejam resignados ao reino contrito e exangue, que Teixeira Pinto também e tão bem descreveu, em vez de sonharem e construírem aquele que deveria ser o nosso: vencida «a ânsia que aguarda a espera», percorrida a «distância que resguarda a esfera. A esfera onde todos somos um só em comum. E em que nenhum está só perante um outro algum». E que ainda pode vir a sê-lo.

Talvez porque nunca conheceram outro. Talvez porque nunca se deixaram maravilhar pela vida, pelo espaço e pelo horizonte desse PORTVGAL sem fim. Talvez porque nunca navegaram em alto mar revoltado ou ajoelharam no Convento de Cristo e no Campo de São Jorge ou algum dia falaram em seu nome. Talvez porque não tocaram as pontas do Império desfeito e nem sentiram vontade de se enlaçar nelas armilarmente. Talvez porque nunca se acolheram ao cuidado do seu Anjo Custódio, o único no mundo encarregado da protecção de um Reino, como nos recorda o autor.

Talvez porque ainda não encontraram nos outros, que também somos nós, aquilo que nos falta para o sermos efectivamente: «A verdadeira essência de um povo» é sobretudo definível «pela intenção e pela intensidade do que seja capaz de partilhar.»

Talvez porque nunca viram militares, antigos inimigos, abraçarem-se, em português, entre lágrimas, gargalhadas e vinho. Talvez porque, depois do lamento de saber como se morre por nada, de Couto Viana, já não se saiba sequer por que se vive.

PORTVGAL de Paulo Teixeira Pinto não é apenas uma narrativa pessoal, é um breviário, um mapa, um descodificador e uma romagem polifónica ao Reino que se recusa a morrer. Um lúcido e encantado «mergulho no fundo do sonho» - para regressar a Gedeão -, saudade feita clamor... pelo futuro.

# PORTUGAL FAZ BEM



A Fundação Gaudium Magnum - Maria e João Cortez de Lobão e o Museu Nacional de Arte Antiga, ao abrigo do protocolo "O Belo, a Sedução e a Partilha" apresentaram a partir de 20 de Fevereiro *A Batalha entre Alexandre e Porus no rio Hydaspes* de Nicolaes Berchem (1621/22 - 1683). Numa composição vívida e dramática com elefantes transportando torres de defesa, cavalos caídos e soldados em luta corpo a corpo, Berchem revela a sua habilidade técnica transmitindo com maestria a intensidade e complexidade do conflito, um dos momentos significativos da história militar. No centro, sobressai Alexandre em ataque ao filho de Porus num cavalo branco. Este trabalho singular de Berchem, mais conhecido pelas paisagens italianas, estará exposto no MNAA até ao fim do Verão.

[info@gaudiummagnum.org](mailto:info@gaudiummagnum.org)  
+351 218 075 070  
Rua de São Bernardo, 31 R/C  
1200-823 Lisboa

FUNDAÇÃO  
 **gaudium  
magnum**  
MARIA E JOÃO CORTEZ DE LOBÃO

## Sobre a revisão constitucional... um precedente a assinalar.

PEDRO VELEZ

É certo que, atualmente, os chamados «limites materiais da revisão constitucional» tendem a ser, de algum modo, relativizados na/pela doutrina jurídica. Sugere-se que a extensa lista concreta do célebre artigo 288.º traduz um «abuso de poder constituinte» (Paulo Otero). Defende-se que os referidos limites devem ser compreendidos como princípios e não como regras (estritas e estreitas). Sustenta-se que os chamados limites impróprios ou de segundo grau – i.e., aqueles formalmente enunciados como limites materiais, mas que verdadeiramente não correspondem a dimensões de «identidade constitucional» – podem ser superados através de uma «dupla revisão» da constituição (revisão da norma-garantia, num primeiro momento; modificação da normatividade garantida, num segundo momento).

Em última análise, admite-se, em nome do respeito pelo princípio democrático e salvaguardado o princípio maior da dignidade da pessoa humana, ou seja, o núcleo da presente Ideia de Direito, que

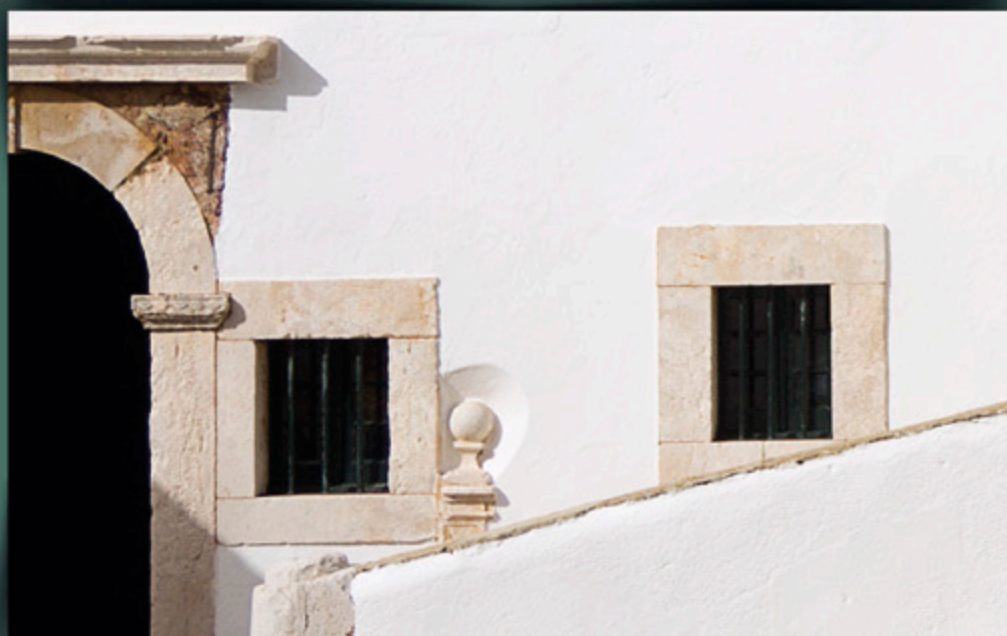
a mesma dupla revisão possa ser usada, se não lícita pelo menos legitimamente, na passagem para uma nova ordem constitucional (Rui Medeiros).

Seja como for, a consagração expressa, no texto constitucional, de limites materiais em sede de revisão constitucional não deixa de ter relevância prática e simbólica na construção do espaço de liberdade política realmente existente e na definição do grau de «abrangência» do regime.

«...o projeto de revisão constitucional n.º 3/IX de 2003, apresentado por PSD e CDS-PP, merece ser recordado e considerado exemplar, por haver ousado propor a abolição (...) da "icónica" alínea b) do artigo 288.º»

Contra um tal pano de fundo e pensando no futuro da nossa comunidade política, o projeto de revisão constitucional n.º 3/IX de 2003, apresentado por PSD

e CDS-PP, merece ser recordado e considerado exemplar, por haver ousado propor a abolição, entre outras alíneas, da «icónica» alínea b) do artigo 288.º, que pretende tornar «pétrea» a «forma republicana de governo».



## Arquitectura inovadora que respeita a História

ARQUITECTURA CONSULTADORIA OUTROS SERVIÇOS

**MBM Company - Architecture & Consulting**  
Rua Castilho, N.º 14, Edifício UACS, 1209-076 Lisboa  
Rua de São Francisco, N.º 6, 2100-160 Conche | PORTUGAL  
+351 916 683 826 (chamada para a rede móvel nacional)  
geral@mbmcompany.pt

www.mbmcompany.pt



# A eterna busca da *res publica*: os monárquicos e Gonçalo Ribeiro Telles na transição democrática de 1974

Conferência | Palácio de São Bento | 23 de abril de 2024

JOSÉ MIGUEL SARDICA

## 1. Introdução.

O 25 de abril, cujo 50.º aniversário agora se celebra, teve alguns autores concretos, muitos fundadores ideológicos, mas nenhum dono. Autores foram os militares do MFA; e fundadores houve-os do “antifascismo” mais à esquerda aos centros esquerda e direita mais moderados, num largo espectro de anarquistas, comunistas, socialistas, social-democratas, velhos republicanos e novos liberais, católicos, ex-marcelistas desiludidos...e monárquicos. O contributo destes pode e deve, assim, ser recordado. É verdade que poucos monárquicos (o Major José Sanches Osório ou o General Carlos de Azevedo) estiveram diretamente envolvidos na operacionalização do golpe do 25 de abril; mas os monárquicos democráticos, na sua eterna busca pela melhor das *res publicas*, eram já, então, uma força oposicionista importante, e por isso serão uma força política atuante depois de abril de 1974. Esta sessão de homenagem à figura do Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles é, pois, também ocasião para recordar o importante contributo dos monárquicos para a liberdade e a democracia, antes, durante e após 1974.

É ocasião para recordar, e também para desmistificar uma dupla ideia feita, que está errada tanto do ponto de vista legal e objetivo, quanto do ponto de vista histórico – a de que a democracia só é compaginável com a república e, pior, a de que a monarquia significou, em Portugal, a ditadura ou, como durante décadas se disse (dos republicanos antimmanuelinos de 1910 à esquerda anti-AD de 1980), que os monárquicos eram “reacionários”, “retrogrados”, “absolutistas”, “cavernícolas” ou “fascistas”. Não: Gonçalo Ribeiro

Os monárquicos, de 1910 em diante, nunca quiseram simplesmente restaurar a monarquia em Portugal; o que quiseram, e têm direito a explaná-lo e a ambicioná-lo, foi (e será) restaurar Portugal através da monarquia

Telles disse-o um dia, definindo o seu ideal: “Ou é democrática, ou não é monarquia”. E como historiador, não posso esquecer que foi o século XIX monárquico, liberal e constitucional, que enraizou em Portugal instituições representativas, valores políticos, práticas legislativas, ideias de cidadania e concretizações sociais ainda hoje vigentes, como marcas identitárias e definidoras

do regime inaugurado a partir de 1974. Significa isto que a atual democracia republicana deve mais à monarquia constitucional oitocentista (o mais longo regime da história contemporânea portuguesa), do que à I República (tal como ela instavelmente pôde existir) e, por maioria de razão, ao Estado Novo (tal como ele ditatorialmente existiu).

## 2. Os monárquicos e Gonçalo Ribeiro Telles, do Estado Novo à Democracia.

Estudar os monárquicos durante o Estado Novo e no caminho até ao 25 de abril é extraordinariamente complexo, porque eles formaram um campo muito diverso. Foram, sabemos-lo, uma importante força política no interior do Estado Novo, com a Causa Monárquica. Para os cooptar, Salazar, monárquico por formação e sentimento, nunca quis liquidar por completo a esperança restauracionista, mas gerila, canalizando as energias da Causa Monárquica para a magna tarefa da “restauração nacional”. Por isso, a chamada “questão do regime” foi uma das mais importantes divisões no interior do Estado Novo até, pelo menos, à década de 1950.

A Causa Monárquica serviu fielmente a União Nacional durante mais de vinte anos e houve monárquicos em todos os escalões administrativos ou políticos do Estado Novo. Eram, como o defendiam Luís de Azevedo Coutinho ou Domingos Fezas Vital em nome de D. Duarte Nuno de Bragança, situacionistas independentes. Colaboravam com Salazar na esperança de converterem por dentro as estruturas do regime à orientação monárquica. Entusiasmaram-se com o casamento real de D. Duarte Nuno com D. Maria Francisca de Orleães e Bragança (em 1942 – um matrimónio que assegurou a reconciliação simbólica dos velhos ramos legitimista, herdeiro de D. Miguel, e constitucionalista, herdeiro de D. Pedro IV, da monarquia portuguesa), com a romaria de saudade da visita da rainha D. Amélia (em 1945), com a revogação da Lei do Banimento (em 1950)... e com a real hipótese de uma restauração em 1951 (mediante a ação de Fezas Vital aquando da revisão constitucional, o vazio aberto pela morte do presidente Carmona e a tese de João Ameal, apresentada ao Congresso da União Nacional, que Marcelo Caetano e Salazar desmontaram).

A partir de 1951, a estreita colaboração com o

regime voltou-se num certo distanciamento: nos atos eleitorais, o apoio às listas da União Nacional foi substituído pela abstenção ou liberdade de

da liberdade e do desenvolvimento (muitas delas monárquicas).

Foi por esta última via, e cito Henrique Barrilaro

Ruas, que “a História se apossou da figura do Gonçalo!” Nascido em 1922, de formação católica e conservadora, Ribeiro Telles foi fundador da “Juventude Agrária Católica”, do GAMA (Grupo de Ação Monárquica Autónoma), com Fernando Amado, Afonso Botelho, Barrilaro Ruas e Francisco de Sousa Tavares, e do Centro Nacional de Cultura em 1945, com João Camossa de Saldanha, Nuno Vaz Pinto, Gastão Cunha Ferreira ou António Alçada Baptista, a que mais tarde se juntariam António Borges de Carvalho, Alexandre de Bettencourt, Luís Coimbra ou Augusto Ferreira do Amaral. Sob a égide de velhos integralistas (Alberto de Monsaraz,

Hipólito Raposo ou Luís de Almeida Braga) e ao lado dos “revirahistas”, Gonçalo Ribeiro Telles e a sua geração observaram com expectativa o MUD, em 1945, politizaram-se na campanha presidencial oposicionista do general Norton de Matos, em 1949, e subscreveram o manifesto da revista monárquica coimbrã *Cidade Nova*, em 1950, intitulado «Portugal Restaurado pela Monarquia».

A longa génese do 25 de abril monárquico começou ‘de facto’ nas eleições legislativas de 1957. A posição oficial da Causa Monárquica foi recomendar liberdade de voto, nos círculos onde a União Nacional não aceitou integrar monárquicos.

Ora, respeitando embora tudo o que a Causa fizera pelo ideal monárquico – agregando fações desde 1910, defendendo D. Manuel II e, depois, D. Duarte Nuno, e tentando que a colaboração com o regime fosse uma via para a restauração do Trono, os mais jovens passaram à oposição. Daí o Manifesto de outubro de 1957 (assinado, entre outros, por Gonçalo Ribeiro Telles, Francisco de Sousa Tavares, Henrique Barrilaro Ruas, João Camossa, José Rebelo Raposo, Eduardo d’Orey, Domingos Megre, Francisco de Vasconcelos e Sousa, Jorge Portugal da Silveira ou Fernão Pacheco de Castro), denunciando a ditadura e a decadência da cultura portuguesa e da vida do espírito, e defendendo melhores condições de vida e uma “verdadeira

voto. Sibilino e cauteloso, Salazar dizia a Caetano, nos anos 1950, que a melhor forma de manter a fidelidade da Causa Monárquica era “não afirmar o regime republicano como assente in *aeternum*, o que aliás é dispensável e seria mesmo tolo”; e, portanto, “deixar em suspenso e como uma possibilidade futura, longínqua e indefinida, a solução monárquica”. Mas ao intuir que os tempos eram outros, não evitava a confissão: “Fugiram-me os monárquicos; não me compreenderam”.

Sucedeu que os monárquicos estavam a fugir-lhe justamente porque o compreenderam. E os que lhe fugiram, a partir dessa década de 1950, não eram tanto a Causa Monárquica, oficial, situacionista mesmo quando desanimada, mas outras vozes monárquicas, algumas ainda filiadas na Causa, outras que nunca ali militaram, em crescente rutura oposicionista.

É isso que complexifica o estudo do campo monárquico. A Causa era o seu rosto mais organizado, mas não o esgotava. Com o tempo, ela viu-se ultrapassada pela convergência entre monárquicos que desde muito cedo se separaram de Salazar (uma importante ala de Integralistas Lusitanos e de Nacional-Sindicalistas), e os de uma geração mais nova, que chegou à idade adulta depois da II Guerra Mundial e que enfileirou ao lado de outras oposições, denunciando a “Salazarquia”, não acreditando nas intenções restauracionistas do regime e seduzida pelas democracias europeias

“ A longa génese do 25 de abril monárquico começou ‘de facto’ nas eleições legislativas de 1957. A posição oficial da Causa Monárquica foi recomendar liberdade de voto, nos círculos onde a União Nacional não aceitou integrar monárquicos



# A Família como foco dos nossos serviços.

MFO Multi-Family Office dedica-se a cada família como um bem precioso. Planeamos e gerimos de forma integrada os vários serviços necessários ao bem-estar da sua Família:

**MFO Services:** Consultoria, fiscalidade, planeamento e promoção de atos empresariais, governação familiar e serviços de suporte.

**MFH Saúde:** Prestação de serviços personalizados de natureza médica por corpo clínico próprio.

**MFO Seguros:** Apoio direto ao cliente na mediação de seguros, assegurando as melhores condições com as mais importantes seguradoras do mercado.

**MFO Real Estate:** Consultoria, gestão imobiliária, gestão de obras, montagem e gestão de projetos, peritagens, e avaliações de imóveis.

**MFO Living:** Apoio na integração de famílias em Portugal. Residência fiscal, habitação e apoio administrativo.

**Junte o futuro da sua família ao nosso.**

[www.mfooffice.eu](http://www.mfooffice.eu) | [geral@MFOoffice.eu](mailto:geral@MFOoffice.eu)  
Rua Tierno Galvan, nº 10, Torre 3 | Piso 10 | Fração K  
Amoreiras | 1070-274 Lisboa | Portugal  
+ 351 211 389 398  
MF Multi-Family Services, Lda. NIPC: 513704612



**MFO** | Multi Family Office

constitucionalidade em Portugal”.

Foi a primeira vez que monárquicos, sem ser oficialmente, mas sem desautorização pela CM ousavam a oposição (moderada) a Salazar. A partir de 1957, a vida de Gonçalo Ribeiro Telles (licenciado em Engenharia Agrónoma e Arquitetura Paisagística no ISA em 1952, e notabilizado pelo desenho dos Jardins Gulbenkian nesse mesmo ano de 1957), passou a confundir-se com o chamado Movimento Monárquico Independente. Gonçalo Ribeiro Telles e alguns companheiros apoiaram Humberto Delgado em 1958, juntaram-se a católicos “jocistas” e a republicanos ou comunistas na frustrada “Revolta da Sé”, em 1959, e organizaram uma Comissão Eleitoral em Lisboa, para concorrerem às eleições de 1961, com o importante apoio de monárquicos veteranos como Jacinto Ferreira, editor do jornal *O Debate*.

Começara a guerra em África. Por “imperativo patriótico”, a Causa Monárquica apoiou o regime na sua política ultramarina – embora advogando (v. as posições de Fernando Pacheco de Amorim contra a lei orgânica do Ultramar de 1963 e a revisão constitucional de 1971), a solução de um Estado português multicontinental unitário, com descentralização administrativa, mas não política ou legal, por isso mesmo contrária a qualquer autonomia gradualista. Assim, a Causa não apresentou listas e apelou até ao voto na União Nacional nos círculos onde existisse oposição “democrática”.

Ora, a lista monárquica concorrente à urna em Lisboa (Fernando Amado, Fernando Vaz Pinto, Mário Pessoa, Rodrigo Costa Félix, Francisco de Sousa Tavares, João Camossa, Maria Ofélia Portugal da Silveira ou Gonçalo Ribeiro Telles, apoiados, entre outros, pelo jovem Augusto Ferreira do Amaral), já era democrática! O seu Manifesto de outubro de 1961 apresentava-os como “homens de boa-vontade”, unidos sob o “denominador comum da Monarquia”, com o objetivo de contribuir para que “os portugueses arredados da coisa pública se sintam representados”; estava em causa “a liberdade e a existência da Pátria”, mas a “confiança” no ultramar não podia “tomar o aspeto de um plebiscito em favor do regime”. Razões de ordem burocrática levaram a que não chegassem à urna. O mesmo aconteceria em 1965: a lista não foi aceite porque a polícia barrou a entrada do Governo Civil... até cinco minutos depois da hora-limite para a entrega das candidaturas!

Num país em rápida e múltipla mudança nos anos 1960, enquanto a CM ia diluindo a sua especificidade e autonomia com a defesa do integracionismo ultramarino e da guerra, assim perdendo o seu élan e poder agregador, o campo monárquico foi-se complexificando fora da Causa

– levando Salazar a perguntar, retoricamente, se os monárquicos tinham “vestido o barrete frígio da república”, e a ordenar à PIDE e à Censura que vigiassem de perto aquela militância. Gonçalo Ribeiro Telles, Sousa Tavares, Nuno Vaz Pinto, João Camossa e outros alinhavam com a oposição católica e republicana no rebatizado Movimento dos Monárquicos Populares. Um pouco mais situacionista era a Liga Popular Monárquica de João Vaz Serra de Moura, Henrique de Ataíde ou Fernando Pacheco de Amorim. E surgiu ainda a Renovação Portuguesa (de Henrique Barrilaro Ruas, Mário Saraiva, Magalhães e Silva e Jacinto Ferreira com *O Debate*), bem como a Juventude Monárquica, redinamizada por António de Sousa Lara.

*Num país em rápida e múltipla mudança nos anos 1960, (...) o campo monárquico foi-se complexificando fora da Causa – levando Salazar a perguntar, retoricamente, se os monárquicos tinham “vestido o barrete frígio da república”, e a ordenar à PIDE e à Censura que vigiassem de perto aquela militância.*

Se respeitara Salazar, a Causa Monárquica não gostava de Marcelo Caetano, cujo histórico, no interior do regime, fora sempre o de um denodado defensor do republicanismo.

Ainda assim, nas eleições de 1969, recomendou a abstenção de voto nas listas oposicionistas, por nelas haver quem fosse contra “a integridade da soberania portuguesa”. A fronda monárquica oposicionista, essa, dividiu-se: A Comissão Eleitoral Monárquica (CEM), com Barrilaro Ruas, Fernando Sylvan ou Luísa Vilhena, concorreu por si e obteve uns 5 mil votos; pelo menos um monárquico, Fernando Vaz Pinto, integrou as listas da CDE; e Gonçalo Ribeiro Telles, na companhia de Francisco de Sousa Tavares e de Sophia de Mello Breyner, concertou com Mário Soares e Salgado Zenha concorrer nas listas da CEUD.

No dia seguinte ao escrutínio, Gonçalo Ribeiro Telles começou a negociar com a CEM a aliança de todas as forças monárquicas exteriores à Causa, ou seja, não comprometidas com qualquer colaboracionismo com Salazar ou Caetano. Daí surgiu, em abril de 1970, a Convergência Monárquica – um “núcleo” que respeitava a independência das correntes integrantes (MMP, Liga, Renovação e Juventude Monárquica), que visava “conjugar” todos os que viam a “solução monárquica” como garantia de possibilidade e concretização do desenvolvimento e da democracia, e cujo manifesto, redigido em torno das palavras “Pátria”, “liberdade”, “opinião pública”, “representação”, “justiça” ou “bem-estar”, finalizava com um sentido e agregador “Viva El-Rei D. Duarte II”.

Em 1973, a Convergência Monárquica organizou uma lista única para as eleições – as últimas do marcelismo – mas os Governos Cívicos receberam ordem de não a aceitar por o marcelismo não reconhecer qualquer outro agrupamento monárquico que não a Causa. A Convergência participou, no entanto, no Congresso Democrático da Oposição, em Aveiro (e foram os monárquicos,

aliás, que forçaram aquela designação, em vez de Congresso Republicano da Oposição, por diligências de Henrique Barrilaro Ruas junto de Sottomayor Cardia). Gonçalo Ribeiro Telles foi impedido pela DGS de ir a Aveiro, mas viu a sua tese (muito moderna, sobre o tema da habitação nas grandes cidades) ir para as Atas. E ali a Convergência Monárquica estreitou contactos e respeito com o vasto campo republicano-socialista, cujos ventos ideológicos chegavam da (re)fundação do PS em Bad Münstereifel, na Alemanha.

O 25 de abril não constituiu, por tudo isto, surpresa para os monárquicos oposicionistas. A Convergência Monárquica aderiu de imediato ao golpe, regozijando-se com o derrube do “regime que durante 50 anos nos impediu o exercício dos direitos fundamentais”, e defendendo a “harmónica convivência de todas as correntes políticas” para “o exercício efetivo da liberdade dos cidadãos”. Decerto em consonância com seu Pai (D. Duarte Nuno, já muito fragilizado, viria a falecer no final de 1976), D. Duarte Pio de Bragança, ao tempo com 29 anos, emitiu de Macau (onde se encontrava de viagem), no dia 26, uma declaração, dando “inteiro apoio ao Movimento das Forças Armadas e à Junta de Salvação Nacional”, “especialmente em ordem à instauração de uma verdadeira e consciente democracia, saneamento da vida pública e solução da questão do Ultramar, no mais estrito respeito pelos inalienáveis direitos da pessoa humana”.

A Junta de Salvação Nacional reconheceu pública e espontaneamente a Convergência Monárquica como força com importante passado oposicionista e chamou-a às reuniões na Cova da Moura, com o general Spínola, que logo convidou os monárquicos a formarem um partido político: ao cabo de várias

reuniões da sua cúpula (no edifício do “Franjinhas”, em Lisboa), o Partido Popular Monárquico (PPM) foi fundado a 23 de maio de 1974, sob a presidência do velho Nacional-Sindicalista Francisco Rolão Preto, substituído por Gonçalo Ribeiro Telles a partir de outubro desse mesmo ano. Uma semana antes da fundação do PPM, Manuel Rocha, Ministro do Equipamento Social e Ambiente do governo de Adelino da Palma Carlos, convidara Gonçalo Ribeiro Telles para Subsecretário de Estado do Ambiente, lugar em que se manteve dos dois primeiros governos de Vasco Gonçalves – saíndo após o 11 de março e a viragem revolucionária para a extrema-esquerda. É verdade que o novo PPM foi, de certa forma, uma exceção à hostilidade que o radicalismo moveu contra todas as forças não assumidamente de esquerda; mas Gonçalo Ribeiro Telles discordou da legitimidade revolucionária então acelerada, por não aceitar que o país viesse a ser “um porta-aviões mais ou menos jugoslavizado do bloco soviético” (sic). Opôs-se, por isso, ao Pacto MFA/Partidos e ao reforço do poder militar, defendendo as eleições para a Constituinte. A dinâmica do voto útil nunca o ajudou (o PPM não foi além de 0,57% dos votos nas eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975, e de 0,52% nas eleições legislativas de abril de 1976), como não o ajudou alguma opinião pública que seguiu associando a monarquia ao reacionarismo e a instituição real ao colaboracionismo com a ditadura. Contra isso, várias vezes lamentou o PPM de nada valer invocar o exemplo das monarquias constitucionais europeias, democráticas e desenvolvidas (o rumo que a vizinha Espanha, de resto, encetou em 1975, após a morte de Franco).

No confuso espetro político de então, o PPM era



um partido especial. A direita achava que ele era de esquerda; e a esquerda achava que ele era de direita. Os que o fundaram – além de Gonçalo Ribeiro Telles, Henrique Barrilaro Ruas, João Camossa, Serra de Moura, Rodrigo de Moctezuma, Luís Coimbra ou Augusto Ferreira do Amaral – nunca intentaram que ele dominasse toda a militância monárquica, aceitando que em vez de um só partido monárquico, deveria haver monárquicos em vários partidos; e muitos foram “incursionistas” no CDS, no PPD-PSD, no Partido Liberal ou noutros, à direita, e até no PS. Para estes monárquicos mais dispersos, o PPM era como que um “segundo partido”, “o partido da sua consciência e das suas raízes” (assim o disse Gonçalo Ribeiro Telles).

O resto da história é mais conhecido, mas vale a pena recordá-lo. A ascensão ao poder dos monárquicos deu-se com o ingresso

na AD em 1979, elegendo seis deputados para a Assembleia. Sob a liderança de Francisco Pinto Balsemão (depois da morte de Sá Carneiro), Augusto Ferreira do Amaral e João Vaz Serra de Moura, no VII Governo Constitucional, e Gonçalo Ribeiro Telles, no VIII Governo Constitucional, ocuparam a pasta da Qualidade de Vida, tendo Ribeiro Telles sido também Ministro de Estado (entre setembro de 1981 e junho de 1983). Após o fim dessa experiência governativa, o PPM esteve quase a eleger Miguel Esteves Cardoso para o Parlamento Europeu, em 1987 e 1989, mediante campanhas sensacionais que muito atraíram os jovens. Gonçalo Ribeiro Telles desfilou-se do partido em 1992, para fundar o MPT – Movimento Partido da Terra, que liderou durante uma década. Em 2005, o PPM e o MPT elegeram, cada um, dois deputados nas listas do PSD de Pedro Santana Lopes, tendo os monárquicos conseguido assegurar, ao longo de anos, alguma visibilidade e representatividade no parlamento e no governo da região autónoma dos Açores.

### 3. Epílogo.

Esta sessão é motivada pelo 50.º aniversário de abril de 1974, pela evocação da contribuição monárquica para a liberdade e democracia – o que aqui tentei fazer – e também pelo lançamento da 2.ª edição do livro *Porque sou monárquico*, reunindo textos da figura absolutamente ímpar de Gonçalo Ribeiro Telles, que morreu no final de 2020, com 98 anos de idade. Sobre o vulto que aqui hoje homenageamos, falaram já, com muito maior autoridade do que eu, o Dr. João Soares e o Dr. Augusto Ferreira do Amaral. Mas não queria encerrar sem um epílogo – que é a minha nota de leitura deste livro.

O pensamento e o exemplo daquele que hoje recordamos como o grande pai fundador das

políticas ambientais e de ordenamento dos recursos e dos espaços naturais é impressionantemente vasto, notavelmente humano e absolutamente atual. Gonçalo Ribeiro Telles pensou, escreveu e agiu em nome de uma generosa utopia que não era só monárquica – ou melhor, da qual (utopia), a monarquia se deduzia, não se impondo; se descobria, não se decretando; e se vivia, como uma adesão autêntica e não como um mero voto útil. Neste livro está o resumo de uma longa vida pública e a concatenação das raízes e dinâmicas da sua utopia, de “ecodesenvolvimento” (o termo é de Ribeiro Telles), com dignificação do Homem, defesa da vida, justiça socioeconómica e liberdade

política, num profundo respeito pela natureza, pela cultura nacional, pela história pátria, pela inserção cuidada do país numa Europa de pátrias e num mundo de diplomacia e de paz.

**A Junta de Salvação Nacional reconheceu pública e espontaneamente a Convergência Monárquica como força com importante passado oposicionista e chamou-a às reuniões na Cova da Moura, com o general Spínola**

Ribeiro Telles falou da ruralidade e do interior, da verdadeira reforma agrária e da verdadeira regionalização, da ecologia e do mar, do ordenamento dos solos e das cidades mais verdes, da habitação humanizada e do ambiente respeitado, da intergeracionalidade responsável, como pacto entre todos os viventes numa sociedade livre, associativa e meritocrática. Era contra a macrocefalia lisboeta, a desertificação do interior, as assimetrias de desenvolvimento e bem-estar, e a favor de uma regionalização não abstrata, ou meramente administrativa, mas que reaproximasse o Estado do País Real, potenciando, por exemplo, os referendos como instrumentos de mobilização societária, e defendendo, por exemplo, a reforma eleitoral através de um modelo misto de círculo nacional geral e círculos nominais locais.

A monarquia se aderiu, e aderiu Ribeiro Telles, por causa disto tudo e para fazer isto tudo. Ela era um meio e não um fim em si mesmo, útil para o desenvolvimento de um país democrático, orgulhoso da sua língua, da sua cultura e da sua história – disciplina cujo ensino tantas vezes ele lamentou estar a ser “sistematicamente distorcido ou mesmo eliminado”, no intuito (hoje dir-se-ia de “cancelamento”), de “fazer os portugueses acreditarem que foram sempre uns aventureiros mal-intencionados, cuja vã cobiça os fez chegar aos confins do mundo” (sic). A uma República napoleónica, centralista, abstrata, instável na contingência temporal dos ciclos eleitorais e nas dependências partidárias dos seus titulares de cargos políticos, opunha-se assim uma monarquia *res publicana*, ou seja (e cito-o), uma “monarquia de pequenas repúblicas” – as pequenas pátrias comunais e municipais, enraizadas na intemporalidade local, de onde tudo deveria emanar e desenvolver-se, de baixo para cima, da nação para o Estado.

Na sua visão, a instituição real achava-se

“legitimada por oitocentos anos de história e de serviço ao povo” e era a melhor fórmula para “a boa organização e gestão da *res publica*”. O monarca surgia-lhe como “a Pátria com figura humana”, suscitando a comunhão de um vínculo afetivo com esse “rei-cidadão”, “elo de uma cadeia que une o passado ao futuro”, “representação viva da unidade do povo, que garante a continuidade, a estabilidade e a restauração dos valores essenciais”. Tudo visto, Gonçalo Ribeiro Telles sempre defendeu que essa monarquia, democrática e constitucional, patriótica e cosmopolita era, em Portugal, “desejável e possível”, e que a ela se poderia chegar, vencidos incompreensíveis interditos legais, se e quando o povo assim decidisse.

Olhando o pensamento poliédrico de Ribeiro Telles, é possível perceber como ele foi visionário, e como muitas das bandeiras que outros depois apresentaram como suas e novas... não o eram. A política ambiental, das reservas agrícolas ou naturais e dos Planos Diretores Municipais, não nasceu à esquerda, nem a esquerda tem o monopólio da invenção democrática, da economia moral ou da justiça social. E se algumas das ideias de muitos dos que nos rodeiam hoje na política são boas, mas não são novas, desconfio bem que algumas das ideias novas de hoje, Ribeiro Telles não as acharia boas...

Quanto ao monarquismo do nosso homenageado, o historiador e o cidadão que sou – e é assim que aqui estou – não pode deixar de o rotular como uma hipótese com direito de cidade. Relembro o meu ponto de partida, agora citando o próprio Gonçalo Ribeiro Telles: “em Portugal, a monarquia constitucional permitiu um grau de democraticidade e de liberdades públicas que o nosso país só voltou a encontrar em 1976”; ela ofereceu “franco desenvolvimento ao país, quer económico e social, quer cultural”. Se assim foi, é lícito interrogarmo-nos, porque não poderá voltar a ser? Porque não reconsiderá-la e discutí-la, reconhecendo o histórico contributo dos monárquicos na eterna busca da melhor das *res publicas*?

Finalizo, pois, adaptando o velho dito de Luís Vaz de Camões: se hoje, em muitos aspetos, fracoss políticos republicanos fazem fraca a gente que poderia ser forte, porque não pode a gente que quer ser mais forte, fazer forte um forte rei? De facto, quando o conteúdo democrático do regime é mal servido pela fórmula republicana que o rege, é lícito discutir outra melhor fórmula para salvaguardar o conteúdo, que 1974 ou 1976 justamente consagraram como sagrado. E os monárquicos, de 1910 em diante, nunca quiseram simplesmente restaurar a monarquia em Portugal; o que quiseram, e têm direito a explaná-lo e a ambicioná-lo, foi (e será) restaurar Portugal através da monarquia.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Alves, Edmundo (2016), «Partido Popular Monárquico (PPM)», in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coord.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. 6, pp. 289-294.
- Azul e Prata. 25 Anos do PPM (1999), Lisboa, Edição do Partido Popular Monárquico.
- Costa, Marcos de Noronha da; Ruas, Henrique Barrilero (1971), *Os monárquicos e o ultramar: à maneira de livro branco*, Lisboa, s.e.
- Cruz, Manuel Braga da (1986), «Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, pp. 183-213.
- Cruz, Manuel Braga da (1999), «Causa Monárquica», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. 7, pp. 269-272.
- Cruz, Manuel Braga da (1999), «Monárquicos», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. 8, pp. 509-512.
- D. Duarte Nuno de Bragança: um rei que não reinou. Testemunhos sobre a vida e a obra de D. Duarte II, chefe da Casa Real portuguesa (1992), Cascais, Tipografia Cardim.
- Ferreira, Jacinto (1991), *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias Políticas (1926-1974)*, Lisboa, Corsino & Neto, Fotocomposição.
- Henriques, Mendo de Castro (2006), *Dom Duarte e a Democracia. Uma Biografia Portuguesa*, Lisboa, Bertrand Editora.
- Marques, Víriato Soromenho (2016), «Telles, Gonçalo Ribeiro», in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (coord.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril*, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. 8, pp. 121-123.
- Sardica, José Miguel (2011), *O Século XX Português*, Lisboa, Texto Editores.
- Tavares, Miguel Sousa (1999), «Teles, Gonçalo Pereira Ribeiro», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal (Suplemento)*, Porto, Livraria Figueirinhas, Vol. 9, pp. 507-508.
- Telles, Gonçalo Ribeiro (org.) (1971), *Convergência Monárquica. 1.º Ano de Acção*, Lisboa, s.e.
- Telles, Gonçalo Ribeiro (2024), *Porque sou Monárquico* (organização de Vasco Rosa e apresentação de João Lancastre e Távora), 2.ª ed., Lisboa, Real Associação de Lisboa.
- Telo, António José (2007), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença.

## Daqui e Dali

“As Reais Associações representam a Causa Real em cada uma das suas Regiões. E isto dá a cada uma responsabilidade acrescida. Não acredito em homens providenciais. Acredito sim em equipas que se unem e mobilizam pelos mesmos propósitos, pelas mesmas convicções.”

António de Souza-Cardoso, in *Correio Real* n.º 12

# CONVIDADO ESPECIAL

## Sebastião Sá Marques

Presidente da Juventude  
Monárquica Portuguesa

ENTREVISTA DE JOÃO TÁVORA

“Servir” foi o lema com que me formei no Colégio Militar, casa que, além de um Código de Honra por que me continuo a guiar, o espírito de corpo e camaradagem, deixa ainda saudade.

**Quem é Sebastião Sá-Marques, fale-nos um pouco de si...**

Numa palavra, Serviço. Em nada do que faço procuro menos do que o cumprimento desse dever. “Servir” foi o lema com que me formei no Colégio Militar, casa que, além de um Código de Honra por que me continuo a guiar, o espírito de corpo e camaradagem, deixa ainda saudade. Mas servir por servir é o mesmo que nada. Procuro fazer dele a forma de um caminho dinâmico, mas certo, atribulado, mas confiante, difícil, mas sempre na esperança de, por ele, me aproximar da Verdade que o ilumina. Em suma, sirvo o que sirvo na medida em que sirva a Verdade.

Vejo na Graça de se nascer nestas “Terras de Santa Maria”, a obrigação de tomar parte activa e séria no projecto a que se chama Portugal. Nesta esteira, fui chamado a pôr talentos a render na nossa Causa. Prefiro a calma pacificadora da leitura ao caos da actividade política. Mas fui desafiado a servir desta forma, talvez por ter a vantagem de não ver aí qualquer interesse por si mesmo. Foi uma provação de fortaleza que deu bons resultados à instituição e isso é o que mais importa.

Não sendo eu próprio exemplo maior do que tantos outros, termino apenas com o que me trouxe aqui e que levo comigo: A juventude é incerta, o século é imprevisível e o tempo não nos pertence. Mas aconchego-me na certeza de um único sonho a que me agarro: o de um último exame de consciência tranquilamente uníssono às palavras do Santo da Espada – “Combati o bom combate”.

**Que balanço faz do seu mandato como presidente da Juventude Monárquica Portuguesa?**

O mandato foi de cada pessoa da Direcção (que teve a loucura de me querer como presidente!), e esse mandato da equipa que represento foi incontestavelmente exemplar. Os propósitos eram simples, mas a tarefa árdua: institucionalizar, crescer e legar. Abriam-se portas e criaram-se os meios pelos quais todos os jovens interessados no futuro do país puderam contribuir e fazer parte de um projecto. A JMP teve um crescimento de centenas de novos associados e chegou a mensagem a tantos outros. O estabelecimento do núcleo que é a tradição, permitiu um pluralismo de modos. Com isto, todos os que verdadeiramente partilham deste ideal puderam unir-se pela dedicação ao trabalho conjunto. Mas mais importante, deixámos as ferramentas necessárias para que outros possam continuar neste rumo de vento em popa.

**Qual a melhor recordação que guarda deste mandato?**

Todos aqueles em que vi motivada esta Direcção, unida em princípios. Mas o que mais marcou, daí em diante, o mandato foi, depois do caos e da ansiedade electiva, consagrá-lo à nossa Rainha. Sem essa entrega não havia propósito e sem propósito nada se faz.

**Como se dá o seu envolvimento com o movimento monárquico?**

Sempre fui monárquico e ser-se, verdadeiramente, algo implica acção (não basta um pin na lapela). No contexto

político nacional, muitos vimos terreno fértil para a frutificação da JMP. Assim se criou uma equipa em torno de um projecto. Muitos não conhecia, o que exigiu horas de troca de ideias para garantir coesão, confiança e bom ambiente de trabalho. Em suma, natural e nunca solitário.

**Quais as suas expectativas quanto ao futuro da JMP?**

Uma instituição baluarte, exemplo de virtude na política e sempre motivada apenas e só pelo serviço. Um castiçal de esperança no futuro.

**O que se pode fazer para cativar mais jovens para o serviço à coisa pública política?**

Primeiro, não estupificar. Ser jovem é uma questão quantitativa numérica, não uma qualidade que se tem e se perde com o tempo. Segundo, apresentar uma ideia de acção. A crítica e o lamento são os vícios dos mornos e a tibieza não forja conjurados.

**Terminada a licenciatura em direito, quais são os seus projectos académicos e profissionais?**

Decerto acabarei em breve a tese de mestrado. O tema abordará questões sobre a cultura e a justiça a que têm direito, hoje, os portugueses de amanhã nessa matéria, isto na óptica da preservação da identidade nacional. Farei depois o estágio para a Ordem dos Advogados. Não está de fora a magistratura.

**O que gostaria de fazer no futuro no âmbito da cidadania e da política?**

Aquilo a que for chamado. A cidadania é um dever que se cumpre na dedicação a tudo o que se faz. Mas a política é uma oportunidade, não uma ambição.

**Que mensagem gostaria de deixar para os seus sucessores na JMP?**

A JMP não é uma juventude partidária e isso é um trunfo, usem-no bem. A postura que tiverem hoje ditará a dos monárquicos de amanhã. Para serem exemplo, terão de ser livres. A liberdade tem um preço – paguem-no! Momentos haverá em que parece ingrato o trabalho, mas quem espera gratidão não serve, ambiciona. Sirvam desinteressadamente porque só recordamos hoje os que se entregaram a Portugal, os méritos perdem-se com quem os recebe. Assim, entreguem tudo sem esperar nada. Cultivem simplicidade, porque só a coroa representa, e a nós compete simplesmente servi-la.

**Daqui e Dali**

A “realidade”, tida como tudo o que existe, apenas acessível a Deus, é um conceito que em termos terrenos somente uma instituição política pretende interpretar: o Rei.  
João Távora, in *Observador*, Maio de 2024

# FREDERICO X

ANTÓNIO PINHEIRO MARQUES

O novo monarca, Frederico X, foi proclamado no palácio de Christiansborg pela primeira-ministra social-democrata, Mette Frederiksen, perante uma das maiores multidões que se formaram em Copenhaga depois da Segunda Guerra Mundial.

O anúncio aos dinamarqueses, no discurso de Ano Novo, por Sua Majestade a Rainha Margarida II da sua abdicação próxima, causou a maior surpresa e choque em todo o país, numa ocasião em que toda a Dinamarca se detém para escutar atentamente o que a soberana tem a transmitir. Era conhecida a sua posição sobre a permanência no trono, excluindo a possibilidade de uma abdicação, como mencionou várias vezes, designadamente numa entrevista à revista alemã "Der Spiegel", em setembro de 2016. A ideia de uma renúncia ao trono é alheia à história dinamarquesa, uma vez que a única abdicação real (a de Eric III) teve lugar em 1146. A notícia foi acolhida com mensagens, tanto da chefe do governo como de outros políticos, de agradecimentos à rainha Margarida II e de elogios ao seu sucessor.

Muito querida pelo povo dinamarquês, Margarida II elevou a aceitação consolidada da monarquia ao nível da sua própria popularidade, rondando os 82%, sabendo-se que apenas menos de um quinto dos dinamarqueses poderiam vir a considerar a instalação de uma república.

O novo monarca, Frederico X, foi proclamado no palácio de Christiansborg pela primeira-ministra social-democrata, Mette Frederiksen, perante uma das maiores multidões que se formaram em Copenhaga depois da Segunda Guerra Mundial. Este acto seguiu-se imediatamente à assinatura do documento de abdicação pela soberana, em reunião do Conselho de Estado (formado pelos ministros sob a sua presidência e de que faz parte o sucessor ao trono quando maior de idade) e no 52º aniversário da sua subida ao trono. Frederico X foi assim poupado à sucessão por falecimento do monarca anterior, como acontecera com os seus antecessores.

## A preparação do sucessor

Bem conhecido dos dinamarqueses, Frederico X é-o um pouco menos no estrangeiro. Nasceu em 1968, filho primogénito da princesa herdeira Margarida e do até então diplomata francês Henrique de Laborde de Monpezat, criado príncipe da Dinamarca por Frederico IX, em 1967, por ocasião do casamento. Foi batizado Frederik André Henrik Christian, seguindo a tradição, originada em 1513 com Cristiano II, de alternância dos nomes próprios dos monarcas entre Cristiano e Frederico. Estando, excepcionalmente, sua mãe, a segunda rainha reinante no país, no lugar de um Cristiano, logicamente o príncipe recebeu Frederico como primeiro nome.

O príncipe, além do dinamarquês, fala fluentemente francês, idioma da família paterna, e ainda inglês e alemão. Frequentou o ensino primário e secundário numa escola de Copenhaga. Esteve internado na École des Roches, na Normandia, estabelecimento internacional onde se aplicam os sistemas de ensino francês e inglês, e diplomou-se pelo Øregård Gymnasium, em Copenhaga, onde terminou os estudos secundários, em 1986. Primeiro príncipe dinamarquês a concluir estudos superiores, obteve um mestrado em ciência política pela Universidade de Aarhus e frequentou também, de 1992 a 1993, a Universidade de

Harvard, incógnito sob o nome de Frederik Henriksen, sendo conhecido pelo seu entusiasmo relativo às questões ambientais e de conservação da natureza. Para completar a sua formação, Frederico esteve colocado na Embaixada da Dinamarca em Paris e na Missão do seu país junto das Nações Unidas em Nova Iorque, familiarizando-se com os procedimentos da diplomacia bilateral e multilateral.

O Príncipe Frederico passou a fazer parte do Conselho de Estado em 1986, quando dos seus dezoito anos, e exerceu a regência várias vezes nos impedimentos de Margarida II.

## Frederico e as Forças Armadas

Da preparação do futuro rei fez igualmente parte o serviço militar, nos três ramos das Forças Armadas, tendo começado no Exército, no regimento de Guardas da Rainha, e tido formação como piloto na Real Força Aérea dinamarquesa. Frederico prestou igualmente serviço na Marinha Real, recebendo treino como mergulhador e nadador de combate



no Corpo de Mergulhadores (Frømandskorpset), do Comando de Operações Especiais da Marinha Real, em Kongsøre, um destacamento de elite, com preparação para reconhecimento e ação avançada, antiterrorista e de ataque a navios inimigos. Desses tempos data a sua alcunha de "Pingu" (pinguim) e o relógio Omega "Seamaster Diver 300M" que Frederico X usou no dia da sua proclamação, com o uniforme de gala de almirante e o sabre do seu avô, Frederico IX. O então príncipe foi professor do Instituto de Estratégia do Real Colégio de Defesa da Dinamarca, seguindo as tradições de laços estreitos com as Forças Armadas e de forte camaradagem com os militares.

## Príncipe desportista

Adepto de música rock e praticante de desportos, conhecido como "turboprins" pelo seu gosto pelas motos e velocidade, Frederico participou em seis maratonas, nomeadamente em Copenhaga, Paris e Nova Iorque e fez parte de uma expedição à Mongólia, em 1986, e também da expedição Sirius 2000, comemorativa do 50º aniversário da Sirius Dog Sled Patrol, percorrendo durante quatro meses, em trens puxados por cães, 2.795 quilómetros, no norte da Gronelândia. Nestas patrulhas só podem participar militares dinamarqueses.

O então príncipe herdeiro competiu, em 2012 e 2013, na corrida de Vasa (Vasaloppet) um percurso de 90 quilómetros em esquis, na Suécia, e ainda nas provas de triatlo Ironman Copenhagen 2013, em que completou as várias modalidades numas



surpreendentes 10 horas e 45 minutos. O príncipe-desportista, em 2018, para comemorar o seu 50º aniversário, lançou a iniciativa "Royal Run", uma corrida para incentivar à atividade física, que decorre em vários pontos do país, aberta a todas as idades e condições físicas, com várias distâncias a percorrer, e com uma modalidade para crianças. A "Royal Run" tornou-se num dos maiores acontecimentos desportivos do reino, com a participação de 92.000 pessoas na sua última edição. Adepto de vela, entrou em competições internacionais, designadamente da classe Dragão.

Frederico pertenceu ao Comité Olímpico Internacional de 2009 a 2021, sendo na atualidade seu membro honorário.

### Casamento

O príncipe Frederico conheceu a sua futura mulher nos Jogos Olímpicos de Sidney, no ano 2000. Mary Donaldson, filha de imigrantes escoceses na Austrália, país muito orgulhoso desta princesa, agora rainha europeia, nascida australiana. Casaram quatro anos depois, tendo quatro filhos, o mais velho dos quais, Cristiano, se converteu em novo sucessor quando da subida ao trono do pai.

A princesa herdeira, agora rainha, granjeou a admiração dos dinamarqueses pelo apoio que sempre prestou à rainha Margarida II e ao príncipe Frederico, no exercício das respetivas funções, e pela enorme capacidade que revelou de adaptação à vida de um país muito diferente do seu e, em especial, pelo conhecimento que adquiriu da sua cultura e da sua difícil língua.

### O início do reinado

A primeira visita oficial do novo monarca foi ao Folketing, o parlamento dinamarquês, reunido em sessão especial, durante a qual a primeira-ministra leu o seu discurso (tradicionalmente o rei não se dirige diretamente aos deputados) e o presidente da Câmara parlamentar, Søren Gade, proveniente do partido Venstre (com origens no movimento camponês, fundado em 1870) manifestou a confiança em que "junto com a rainha, será um excelente rei". Nessa visita o novo monarca pôde encontrar-se pessoalmente com todos os deputados incluindo os nove da Lista da Unidade, agrupação republicana entre os cento e setenta e nove parlamentares. A cidade de Aarhus recebeu a primeira das visitas fora de Copenhaga, sendo celebrada uma cerimónia religiosa na catedral. Três dias depois da proclamação, o rei lançou um livro, "Kongeorð" (Palavra do Rei), resultante das conversas que manteve durante dezoito meses com o escritor Jens Andersen, que o

biografara em 2017, e em que partilha a sua forma de ver o papel da Dinamarca no mundo, as suas funções e aspetos da sua vida familiar.

De 31 de janeiro a 2 de fevereiro, Frederico X efetuou uma visita de promoção empresarial à Polónia, já programada antes da abdicação da rainha Margarida II. O monarca viajou acompanhado dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Defesa, Energia e Clima, e Alimentação, Agricultura e Pescas e de uma delegação de alto nível composta por trinta e oito empresas. Foi acolhido pelo Presidente da República da Polónia, deslocando-se ao Parlamento e à Câmara Municipal de Varsóvia. Na capital decorreram encontros de promoção das empresas dinamarquesas, centrados na agricultura sustentável, no biogás e na eficiência energética, tendo ainda decorrido complementarmente uma visita à Universidade de Agricultura de Varsóvia.

Posteriormente, o soberano deslocou-se a Szczecin, para visita à base da NATO onde se encontra o Corpo Multinacional do Nordeste, formado por militares polacos, alemães e dinamarqueses. Frederico X procedeu também à colocação da primeira pedra da fábrica da empresa dinamarquesa "Vestas", a maior produtora mundial de turbinas eólicas, que deverá começar a laborar em 2026, com a criação de mil postos de trabalho.

Ainda no decurso do primeiro semestre do ano, no mês de maio, os soberanos dinamarqueses efetuam as tradicionais visitas de estado à Suécia e à Noruega, seguindo-se em junho as Ilhas Faroé e, no fim desse mês, a Gronelândia, países integrantes do Reino da Dinamarca. Para estas visitas está anunciada a utilização do iate real Dannebrog como residência real.

### Enorme popularidade

Entre as primeiras reações à abdicação da rainha Margarida II, e apesar do extremo respeito de que a soberana sempre usufruiu na Gronelândia, a enorme proximidade de Frederico X com o povo valeu-lhe uma aceitação imediata, com manifestações de alegria pela sua subida ao trono. O príncipe Frederico é, de facto, bem conhecido no país onde permaneceu por temporadas e para onde convidou os seus primos, os príncipes herdeiros Haakon-Magnus da Noruega e Vitória da Suécia. Os gémeos do casal real, nascidos em 2011, Vicente e Josefina, têm também nomes próprios gronlandeses, respetivamente Mink e Ivalo. Por seu lado, as Ilhas Faroé sempre manifestaram a sua proximidade tanto com a anterior monarca como com o atual, esperando agora a sua visita com entusiasmo.

O jovem, tímido e um pouco rebelde, que encarava de forma reticente o seu futuro, converteu-se em homem de família, desportista reconhecido, empenhado defensor de causas importantes para a sociedade, muito interessado na investigação científica e na sustentabilidade ambiental. Frederico X conta com a colaboração constante da hoje rainha consorte, que com ele partilha a presidência de dezenas de instituições que apoiam.

O estilo dos novos reis será certamente diferente do da muito admirada rainha Margarida. Frederico X recebe da anterior soberana, e depois de um reinado de cinquenta e dois anos, um vasto legado a manter e adaptar, como o rigoroso cumprimento das funções reais e ser o símbolo máximo da identidade e unidade nacionais, num reino formado por três países. O nível de popularidade parece ser o mesmo, uma vez que as consultas, já depois da abdicação, revelam uma aprovação de 82% para Frederico X e, ainda mais alta, de 86% para a rainha. A Dinamarca revela o apego à sua monarquia, instituição com origens no século X, ao mesmo tempo que se encontra entre os dez países mais inovadores e as dez mais completas democracias do mundo.



ENTREVISTA A

# José Miguel Sardica

Entrevista coordenada  
por João Távora

*A monarquia constitucional cimentou em Portugal muitas das instituições representativas, valores políticos, práticas legislativas e ideias de cidadania que ainda hoje definem o nosso Estado de direito e a nossa democracia*

Conhecido dos monárquicos pelos seus comentários televisivos a respeito dos acontecimentos nas monarquias europeias, profundo conhecedor da história de Portugal dos séculos XIX e XX, área de investigação em que há muito se vem afirmando, José Miguel Sardica nasceu em Lisboa, em 1970. É historiador e professor associado com agregação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, da qual foi já Diretor. Com vasta obra publicada, dela destacamos *Da Monarquia à República* (2011), *O Século XX Português* (2011), *Terminar a Revolução. A política portuguesa de Napoleão a Salazar* (2016), ou *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa* (1994) e a biografia *Duque de Ávila e Bolama* (2005). José Miguel Sardica foi convidado como orador na conferência de apresentação da 2ª edição do livro *Porque sou Monárquico* em homenagem a Gonçalo Ribeiro Telles, a par com João Soares e Augusto Ferreira do Amaral, e a todos cativou com a sua dissertação clara e estruturada, assente numa investigação profunda sobre o homenageado e o seu contexto histórico, que publicamos neste número.

**Tendo estudado tão profundamente a monarquia constitucional e a primeira república, quais são as principais diferenças que lhes aponta?**

A monarquia constitucional cimentou em Portugal muitas das instituições representativas, valores políticos, práticas legislativas e ideias de cidadania que ainda hoje definem o nosso Estado de direito e a nossa democracia. Em contraste, a república que Portugal teve a partir de 1910 não foi uma experiência de liberdade, exibindo, desde cedo, um recuo contraditório face às promessas teóricas de democratização com que militara contra a monarquia. Daí a sua duração – apenas 16 difíceis e agitados anos, que abriram a porta à ditadura e ao Estado Novo – contrastando com os 90 anos do constitucionalismo monárquico. Se a legitimidade do tempo é “sábria” em si mesma, isto deve dizer-nos qualquer coisa...

**Fazendo um exercício de história contrafactual como acha que poderia ter sido o século XX sem a queda da monarquia?**

Sem o regicídio, talvez D. Carlos e D. Luís Filipe tivessem dado à monarquia uma outra vida no século XX; ou talvez a monarquia tivesse durado até 1918, sucumbindo, como outras, à grande crise do pós-I Guerra Mundial. Não sabemos. Mas tenho a convicção de que a ascensão de Salazar e do Estado Novo ao poder teria sido muito mais difícil se diante de si existisse um Trono e não uma república esfacelada pelo divisionismo de fações.

**Tem-se referido ao ataque na imprensa à figura de Dom Carlos I como um verdadeiro “assassinato de carácter”, impossível face às leis hoje vigentes. Considera que já se fez verdadeira justiça à vida e à obra de um soberano tão dotado e multifacetado?**

D. Carlos foi sempre um “alvo a abater”. O monarca teve a desdita de começar a reinar praticamente em

cima do abalo patriótico do Ultimato, e de a máquina de propaganda republicana ter sido muito eficiente em “republicanizar” o patriotismo contra a suposta “cobardia” dos Braganças. Em 1890, já Bordalo Pinheiro publicava caricaturas com o título «D. Carlos I, o Último?»; e depois foram quase duas décadas de reinado de campanha negativa, sendo incontáveis os artigos e caricaturas de ataque pessoal e insultuoso

**“A grande “vantagem” das monarquias é que justamente a Coroa, o Trono, podem elevar-se acima das contingências dos ciclos eleitorais**

ao rei. Creio que a historiografia tem tentado, bem, reabilitar a sua figura – e menciono aqui a excelente biografia de D. Carlos, redigida pelo Professor Rui Ramos – compondo o retrato de um homem moderno e progressista, que tentou levar a monarquia para o nascente século XX, de um hábil diplomata, e de um cidadão constitucional, muito consciente das suas responsabilidades públicas e do seu lugar na chefia do Estado.

**Tendo em conta os regimes vigentes na Europa, quais lhe parecem ser as vantagens e desvantagens das monarquias face aos regimes republicanos?**



A grande “desvantagem” é sempre a apontada pelo republicanismo mais vociferante – o facto de a chefia do Estado não ser eletiva, mas hereditária, o que parece, aos olhos dos críticos, uma negação da democracia. A isto, poderíamos contrapor que em república nem todos os cargos são eletivos, nem a eleição garante que a escolha seja a melhor, ou feita entre os melhores. Ora, por contraste, a grande “vantagem” das monarquias é que justamente a Coroa, o Trono, podem elevar-se acima das contingências dos ciclos eleitorais e das dependências partidárias para surgirem como símbolos e garantes de um triplo benefício: independência política, abrangência cívica e referência identitária.

A sequência de acontecimentos entre o regicídio de 1908 e a noite sangrenta 11 anos depois constitui no nosso entender a página mais negra da nossa história, traduzida na degradação das instituições. Concorda?

Os factos são os factos: a primeira república portuguesa teve 45 governos, pelo menos 29 intencionadas revolucionárias, civis ou militares, vitoriosas ou fracassadas, 10 parlamentos e 8 presidentes da república, em 16 anos. E do regicídio a 1926, foram assassinados um rei (D. Carlos – e o seu filho, o príncipe herdeiro), um presidente (Sidónio Pais) e um primeiro-ministro, António Granjo. Por

**Do regicídio a 1926, foram assassinados um rei (D. Carlos – e o seu filho, o príncipe herdeiro), um presidente (Sidónio Pais) e um primeiro-ministro, António Granjo.**

aqui se percebe como foi que Salazar e o Estado Novo longamente beneficiaram da imagem da superação da “balbúrdia sanguinolenta” que os antecederam.

A que razões atribui a “sobrevivência” simbólica da I República, traduzida na permanência do hino e de uma bandeira que, na melhor das hipóteses, traduz as cores de um partido radical e, na pior, a de uma organização terrorista?

Enquanto “comunidade imaginada”, era inevitável que a república definisse novas cores e sons para a pátria que queria governar. Daí o investimento numa cultura simbólica que, à época, em 1910-11, não deixou de suscitar controvérsia. Mas a nova bandeira e o novo hino foram como que “nacionalizados” no ardor da I Guerra Mundial, e nem o Estado Novo, nem a Democracia quiseram, depois, mexer-lhes. O vermelho e o verde não são estritamente as cores



do “terrorismo” da carbonária; e, apesar de tudo, a bandeira preservou – tal era a força do passado monárquico – a heráldica portuguesa de antanho, na esfera armilar e no escudo das cinco quinas e dos sete castelos.

Revê-se mais nesta bandeira ou na que a antecedeu e que os próprios republicanos moderados consideravam mais condizente com a “alma portuguesa”?

É difícil traduzir a “alma portuguesa” numa só, ou em duas ou três cores. O debate será sempre entre gostos muito pessoais – e cada um tem o seu. O azul e branco da monarquia constitucional fora, ele próprio, uma rutura contra o azul e vermelho dos legitimistas/miguelistas. Se a “alma portuguesa” pode ser identificada como uma vocação ecuménica e globalista de “dar novos mundos ao mundo” (na formulação camoniana), o oceano, o mar, foi a sua via – e o mar pode ser azul ou verde...

Reconhece que persiste um enviesamento hagiográfico face à I República e, reflexamente, uma demonização da Monarquia Constitucional nos níveis mais básicos do ensino da História de Portugal?

Sim, a nossa historiografia ainda menospreza em demasia o constitucionalismo monárquico como algo passadista, estrangeirado, obsoleto, corrupto, jesuítico, decadente, ou tudo isto junto – o que é uma grosseira mistificação. E depois de a primeira república o ter denegrido, e de o Estado Novo o ter repudiado e silenciado, o atual regime democrático é servido por manuais escolares demasiado amnésicos, ou parciais.



**Cunha  
Coutinho**  
SAÚDE

## CUIDE DA SUA FACE

Recupere o seu brilho e  
elegância naturais!

COM OS TRATAMENTOS DE MEDICINA ESTÉTICA  
E CIRURGIA COSMÉTICA DA FACE PODE VOLTAR  
A SENTIR-SE CONFIANTE NO SEU ROSTO

## ESPECIALIDADES

CIRURGIA DA FACE  
MEDICINA ESTÉTICA  
IMPLANTOLOGIA ORAL  
CIRURGIA ORAL  
GLÂNDULAS SALIVARES  
ART. TEMPOROMANDIBULAR  
ORTODONTIA  
ODONTOPEDIATRIA  
PERIODONTOLOGIA  
PRÓTESE FIXA E REMOVÍVEL  
CLÍNICA GERAL



MARQUE JÁ  
UMA CONSULTA

218 499 966

Visite-nos na Av. Guerra Junqueiro n° 21 - 4° Esq.  
De segunda a sexta-feira, das 9h às 19h  
Para mais informações: [www.cunhacoutinhosaude.pt](http://www.cunhacoutinhosaude.pt)  
Siga-nos nas redes sociais!  

Como viu a projecção e simpatia popular gerada aquando do casamento da Infanta Maria Francisca com Duarte de Sousa Martins em Mafra?

A monarquia, mesmo a de uma casa ou família real não reinante, como a portuguesa, oferece um referencial de perenidade, de tradição, de estabilidade, que resulta atrativo em sociedades como as nossas, muito divididas e “liquefeitas”. Só um inquérito de opinião nos permitiria apurar as razões da enorme adesão popular e foco mediático que o casamento celebrado em Mafra suscitou. Para os monárquicos, foi um dia de celebração e de reforço do seu ideal e das suas convicções; para a sociedade em geral, terá sido um ritual com um charme inigualável, que seduz e impacta.

A chamada questão do regime terá sido a questão ou uma das questões fracturantes dentro do Estado Novo, pelo menos no consulado de Salazar. Concorda?

Sem dúvida. O Professor Manuel Braga da Cruz, que tem estudado a fundo essa questão, é claro na sua tese, que me parece muito bem fundada: desde os primórdios de 1926 até, pelo menos, à década de 1950, o braço-de-ferro entre republicanos e monárquicos foi o grande conflito interno do Estado Novo.

Teria a correlação de forças no interior do Estado Novo permitido uma saída restauracionista, como no caso do franquismo?

Salazar era, por formação e temperamento, monárquico. Mas a restauração da monarquia ter-

*A monarquia, mesmo a de uma casa ou família real não reinante, como a portuguesa, oferece um referencial de perenidade, de tradição, de estabilidade*

lhe-ia alienado todo um setor de republicanismo conservador vital para a manutenção da plataforma de apoio ao Estado Novo. E o presidente do conselho nunca imaginou o “dia seguinte” ao seu desaparecimento. Foi, aliás, instruído pelo (mau) exemplo português que, em Espanha, Franco preparou a sua sucessão através da monarquia, num país onde a cultura monárquica e aristocrática manteve muito mais raízes do que em Portugal ao longo do século XX.

O comportamento mais ou menos passivo do sector monárquico oficial - que gozou de autonomia organizativa na Causa Monárquica - terá, de algum modo, contribuído para o malogro dessa hipótese?

A Causa Monárquica esteve sempre, maioritariamente, com a “situação”, como então se dizia, mesmo constituindo uma organização independente no interior do Estado Novo. E, na década de 1960, ao enfileirar - mesmo que com algum distanciamento crítico - pela defesa do ultramar e do esforço de guerra do Estado Novo para preservar o “império”, ela inutilizou-se como uma hipótese para o pós-salazarismo e para a restauração (democrática) da monarquia.

Foi pertinente a constituição do PPM após o 25 de abril?

A criação do PPM, em maio de 1974, foi mais um ponto de chegada do que um projeto radicalmente inovador. Foi o corolário político de uma nova geração de monárquicos opositores em relação ao Estado Novo, surgida em 1957-1958, que lutou pela liberdade e pela democracia ao longo da década de 1960 e no marcelismo, coalescendo, em 1970, na Convergência Monárquica, a plataforma que depois se transmutou no Partido Popular Monárquico. O PPM não foi, de facto, um partido como os demais, surgindo e afirmando-se, sobretudo, como um largo movimento de mobilização cívica em torno de bandeiras transversais na vida portuguesa, como o municipalismo, o tradicionalismo, a economia agrária ou o ambiente.

Visto de fora, que sentido faz para si o movimento monárquico em Portugal aos dias de hoje?

O movimento monárquico pode e deve ser uma voz ativa no debate público e no quadro da sociedade democrática. Tem o direito de o fazer, rompendo o gueto em que alguns o querem encerrar. A única cerca sanitária que a democracia deve impor é em relação aos que a pretendem destruir. Não é isso que os monárquicos querem fazer. Mais: os cidadãos de bem são democráticos, independentemente de viverem em república ou em monarquia. Ora, justamente em nome da democracia que nos rege (e o conteúdo é sempre superior à forma), a monarquia poderá ter e ser uma hipótese viável para ajudar a vivê-la e a aperfeiçoá-la, se e quando os portugueses compreenderem as suas vantagens.



## Visita e almoço comemorativo do 35º aniversário da RAL à Atouguia da Baleia

Decorreu no passado sábado, dia 18 de Maio, por ocasião do 35º aniversário da Real Associação de Lisboa (RAL), o tradicional passeio convívio, que desta vez se realizou na Atouguia da Baleia, no concelho de Peniche. Recebido o grupo no largo central da Vila pelo Rancho Folclórico e etnográfico de Geraldês, a jornada, que contou com a honrosa presença de SAR o Senhor Dom Duarte de Bragança, seguiu com a visita aos emblemáticos monumentos da vila, nomeadamente a Igreja de N. Sra. da Conceição e a Igreja de S. Leonardo, edifício gótico cujo início de construção remonta ao século XIII. O percurso, sempre acompanhado pelo Presidente da Junta de Freguesia, António Salvador, bem como pelo prior, Padre



Lino Uhengue, foi guiado pelo seu vice-presidente e historiador, Ademar Vala Marques, teve como ponto alto a deposição de um ramo de flores na estátua da Rainha Santa Isabel pelo Senhor Dom Duarte, terminando no Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, para a escuta de uma preleção sobre a Caça à Baleia, actividade importante naquela localidade até ao século XVI. A jornada culminou num concorrido almoço na Associação Casais Brancos com as forças vivas locais, ocasião em que discursaram o Presidente da RAL, João Távora, e o Presidente da Junta de Freguesia António Salvador, cujas aplaudidas alocações foram rematadas pela oferta de um grande bolo com as Armas Reais e as do Município anfitrião, uma iniciativa de Conceição Moniz, da direcção do Núcleo do Oeste da RAL, para que, com o associado Jorge Chagas, foi motor e ajudou a conceber este inesquecível encontro.





## GONÇALO RIBEIRO TELLES, ARQUITECTO DA DEMOCRACIA

*Artista, mas cientista, poeta e técnico, desalinhado mas agregador: eis algumas características que, na opinião do orador, eram visíveis no homem excepcional que foi Ribeiro Telles.*

Talvez começar por aqui: por muitas celebrações e evocações sentidas que se faça à vida e obra do arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles muitas outras ficarão sempre por fazer. E sempre justas, e sempre oportunas: o pensamento e a obra de Ribeiro Telles ajudaram a formar o presente e dão pistas reais para um futuro melhor. Não surpreende pois que a sua figura e pensamento sejam transversais e atravessem tanto o tempo como as bandeiras ideológicas. Mas se isto é verdade também é verdadeiro que há uma raiz que prende e fortifica todo o seu pensamento e mundividência: a defesa de um sistema de chefia monárquico, democrático e constitucional. E, por maioria de razão, a sua luta pela liberdade e a recusa de qualquer tipo de autoritarismo – algo que o levou a estar na oposição ao Estado Novo, ao lado de muitos outros ilustres monárquicos que sonhavam com a democracia.

Tudo isto está presente na antologia editada originalmente em 2017 e que agora recebeu uma segunda edição revista e aumentada. O título é transparente: *Porque sou monárquico*. Reúne os textos políticos de Ribeiro Telles, compilados por Vasco Rosa, numa edição da Real Associação de Lisboa, acrescentados de um outro que, por ter sido impresso no estrangeiro, não constava das bibliotecas portuguesas. Foi o lançamento desta nova edição que serviu de pretexto para uma vez mais celebrar a vida e o legado de um dos mais extraordinários protagonistas da democracia portuguesa. A data do evento não poderia ser mais adequada: a antevéspera dos cinquenta anos do 25 de Abril. O lugar também: a casa da democracia, a actual Assembleia da República, onde, como justamente lembrou João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa, “ao tempo da monarquia liberal e em pleno século XIX se ensaiaram os primeiros e acidentados passos de uma democracia moderna em Portugal”. O legado dos monárquicos que ajudaram com o seu empenho e alguns, mais tarde, com o seu serviço público a uma melhor vivência em democracia, foi

assim simbolizado pelo arquitecto Ribeiro Telles nesta oportuna homenagem.

A sessão foi ao mesmo tempo pedagógica, bem-humorada e rigorosa na evocação do homem, do eterno ecologista e do político. Para isso muito contribuíram as fundamentais intervenções e testemunhos do antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, doutor João Soares, do doutor Augusto Ferreira do Amaral – fundador do Partido Popular Monárquico e com cargos de governação entre 1978 e 1981 – e do Professor Doutor José Miguel Sardica. Entre a assistência estiveram presentes Suas Altezas Reais D. Duarte, D. Isabel, o Infante D. Dinis e



o vice-presidente da Assembleia da República, doutor Pacheco Amorim. Em representação da família esteve o embaixador Francisco Ribeiro Telles, filho do homenageado.

A intervenção de João Soares, indefectível republicano, mas confesso admirador de Ribeiro Telles não escondeu essa admiração. Começou por lembrar os laços de amizade que ligavam os seus pais, Maria Barroso e Mário Soares, a Ribeiro Telles mesmo antes do 25 de Abril e que culminaram na participação de dois monárquicos – Ribeiro Telles e Francisco Sousa Tavares - na lista da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática que fez frente a Marcello Caetano e era liderada por Soares e Salgado Zenha. Lembrou ainda as reticências de Jorge Sampaio para incluir



Ribeiro Telles na sua equipa de autarcas e como o próprio João Soares o iria fazer mais tarde, dando início à concretização de um dos sonhos batalhados do arquitecto: o corredor verde de Monsanto. Para João Soares, Ribeiro Telles simbolizou na totalidade a ideia de homem livre, de pensamento próprio.

Augusto Ferreira do Amaral iniciou a sua intervenção salientando a importância da edição de um livro que oferece na perfeição o pensamento complexo mas coerente de um homem que foi importante numa altura decisiva para a vida democrática portuguesa. Para além da sua intervenção cívica Ribeiro Telles foi, nas palavras de Ferreira do Amaral, “um modelo teórico e prático de ética”. A palavra “serviço”, lembrou, “foi o lema que manteve e praticou durante toda a sua vida”. Reiterou a sua liberdade e como era avesso a todas as sistematizações, muito comuns na pequena política. Um homem aparentemente paradoxal mas cujas falsas contradições espelhavam a grandeza do seu pensamento e da sua liberdade: “um utopista avançado mas fortemente conservador”. Artista, mas cientista, poeta e técnico, desalinhado mas agregador: eis algumas características que, na opinião do orador, eram visíveis no homem excepcional que foi Ribeiro Telles. Ainda houve tempo para evocar todos os monárquicos que muito contribuíram - às vezes em situações limite - para a chegada da democracia a Portugal.

O professor José Miguel Sardica invocou a sua condição de historiador e cidadão para poder fazer uma abordagem mais imparcial ao homenageado. O tom da sua intervenção foi claro desde o início:

“O 25 de Abril que estamos a celebrar teve alguns autores concretos, alguns fundadores ideológicos mas nenhum dono”

“O 25 de Abril que estamos a celebrar teve alguns autores concretos, alguns fundadores ideológicos mas nenhum dono”. Partindo desta visão tão rigorosa como apaixonada, José Miguel Sardica fez uma interessante evocação dos monárquicos que lutaram pela democracia durante o Estado Novo e terminou com as suas notas de leitura sobre o livro que se apresentava: “Olhando o pensamento múltiplo de Ribeiro Telles é possível compreender como foi visionário e como muitas das bandeiras que outros depois apresentaram como suas e novas na verdade não o eram”.

A monarquia é, para Ribeiro Telles, um meio e não o fim. Privilegiando sempre o referendo como escolha societária e o ecodesenvolvimento, o sistema monárquico serviria para abandonar a macrocefalia e aproximar o Estado do país rural há muito abandonado por uma organização napoleónica e burocrática. Monarquia *res publicana*, feita de pequenas repúblicas comunais e municipais com o Rei-cidadão como símbolo humano da pátria e legado de um património rico e comum. Não duvidemos: o pensamento deste monárquico ecologista e arquitecto paisagista contribuiu

para solidificar as fundações de uma democracia plural e genuína. Todas as homenagens serão poucas. Todas as leituras deste livro são urgentes.



e contribuirá para solidificar as fundações de uma democracia plural e genuína. Todas as homenagens serão poucas. Todas as leituras deste livro são urgentes.

Nuno Miguel Guedes

## O FIM DE UM CICLO NA JUVENTUDE MONÁRQUICA

*A colaboração com outras instituições do Movimento foi um dos propósitos desta Direcção. Um contributo visível nos Jantares dos Conjurados e que se deu no dia-a-dia das mais variadas formas.*

Com uma Assembleia-Geral electiva a caminho, aproxima-se o fim de um ciclo na JMP, com balanço muito positivo, de que prestamos contas a todos os monárquicos.

A actividade da Juventude Monárquica organizou-se por Motes – instrumentos criados pela Direcção, permitindo a descentralização das tarefas e incentivando à participação de todos os jovens monárquicos. Neste âmbito, a JMP – Académica foi o Mote dentro do qual se desenvolveu a actividade formativa e o plano de desenvolvimento de núcleos universitários. Duas Academias de Verão foram lançadas, diversos debates e formações internas que criaram uma mentalidade de futuro enraizada nas origens e tradição que a coroa representa.

A imagem foi uma das principais apostas deste mandato. Criou-se o

Podcast “A voz do reino”, já com sete episódios lançados; reestruturou-se a apresentação nas redes sociais e promoveu-se a interacção através dessas redes, fazendo da JMP uma janela aberta aos jovens para ver e pensar o futuro da nação. Estabeleceu-se um princípio de proximidade com os associados de modo a garantir uma participação séria e orientada para o serviço. O crescimento neste aspecto foi de tal ordem que se atingiu uma inédita representação dos jovens monárquicos nos média.

A colaboração com outras instituições do Movimento foi um dos propósitos desta Direcção. Um contributo visível nos Jantares dos Conjurados e que se deu no dia-a-dia das mais variadas formas. O cultivo do espírito de serviço levou ao número de jovens que, num voluntarismo desprendido, se chegaram à frente no apoio à logística nas celebrações dos monárquicos no Casamento dos Duques de Coimbra.

Foi sempre propósito desta Direcção fazer da JMP um exemplo de entrega no serviço e virtude no trabalho. Muito se poderia

apresentar mais de resultados numéricos, de tesouraria, do crescimento do número de associados às centenas, mas esses fazem parte agora de um ciclo que se fecha. Apenas nos resta dar testemunho daquilo que motivou este sucesso: acima de tudo, um espírito de corpo criado por uma estrutura organizada que permitiu, a cada um dos monárquicos, fazer parte de um projecto cujos frutos não são apropriáveis, mas cujo cultivo depende de um esforço comum. Limpar poeiras com o filtro do trabalho; desenvolver e apresentar uma instituição firmemente assente nos valores fundadores de Portugal, mas de visão tanto mais estendida para o futuro quanto aqueles permitem. Foi demonstrando que a busca dos méritos pessoais não pode ter lugar entre aqueles que lutam por algo que lhes não pertence, mas aos portugueses de amanhã. Aí se mede o que hoje se faz: no amanhã, medida da visão de que depende o sucesso de todo o movimento.

Por outras palavras, o sucesso reside na simplicidade da questão: o que devemos hoje a um Portugal de amanhã?

### Vá de férias connosco!

Visite-nos em [reallisboa.pt](http://reallisboa.pt)



Camisola Polo com Armas Reais bordadas



Copos de Café com Armas Reais



Garrafa com Armas Reais



Saco de Praia com Armas Reais



Faça as suas compras da forma mais confortável. Faça a leitura deste Código QR



## Actividades da Real Associação do Porto

### Jantar do 33.º Aniversário da Associação Novembro de 2023

A Real Associação do Porto (RAP), nos últimos meses, manteve o cumprimento do seu programa. Fê-lo, sempre em prol da divulgação, promoção e defesa da Instituição Real, corporizada na Coroa, em Suas Altezas Reais os Senhores Duques de Bragança e em toda a Família Real, bem como na defesa da mensagem Monárquica. Por isso mesmo juntou, em diversas ocasiões, os seus Associados e muitos Simpatizantes que seguem o trabalho e a causa que a RAP realiza e defende.

Ainda em 2023, no dia 24 de Novembro, nas instalações do Sport Clube Alberto de Sousa - Parque da Gândara, em Miramar, realizou-se o **Jantar do 33.º Aniversário da Associação**, onde estiveram presentes 155 Associados e Simpatizantes.

Como é hábito, honraram-nos com a sua presença Suas Altezas Reais os Senhores Duques de Bragança e tivemos, ainda, a alegria de ter connosco Sua Alteza o Senhor Duque do Porto, Dom Dinis de Bragança.

Foi um jantar muito participado e com diversos momentos especiais, desde logo a intervenção de SAR o Senhor Dom Duarte.

Momento alto também deste Jantar foi a comemoração dos 25 anos de idade do Senhor Dom Dinis, a quem se cantaram os parabéns antes da abertura do seu bolo de aniversário. SA o Duque do Porto, com a sua natural empatia, proferiu também umas palavras

novo projecto cultural que é a Real Banda do Porto, uma entidade que age no meio Monárquico, mas também fora dele, em formato de Ensemble ou de Orquestra. A **Real Banda do Porto** está agora disponível para actuar em favor do Movimento Monárquico, sendo que terá também, só por si ou em articulação com outras entidades culturais de cariz semelhante, a sua própria agenda.

### Dezembro de 2023

Já ao chegar-se ao final do ano e em vésperas da época natalícia, em 10 de Dezembro realizou-se uma **Visita Guiada à Igreja de São José das Taipas**, para se conhecer o presépio da autoria de Machado de Castro, entre outros valores patrimoniais e históricos daquele monumento da cidade do Porto, momento em que a Real Banda do Porto actuou com um dueto de flautas.



### 6 Janeiro

Dando continuidade ao projecto que a RAP lançou em 2023 de realização, com outras Reais Associações, de um Almoço de Reis do qual é patrono SAR o Senhor Príncipe da Beira, em 6 de Janeiro realizou-se o **Almoço de Reis de 2024**.

Desta feita, no Douro, em Favaios, na Enoteca da Quinta da Avessada, realizado em parceria com a Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde participaram cerca de 50 pessoas que viajaram do Porto ou de outras paragens do Douro e de Trás-os-Montes.

Com a sua natural disponibilidade, SAR o Senhor Duque de Bragança esteve presente e falou para os circunstantes após visitar e demonstrar grande interesse pela história, pela actividade e pelas instalações da Quinta que nos recebeu.



de agradecimento e de incentivo à divulgação das vantagens que a Monarquia trará para Portugal.

Com trabalho realizado durante os meses anteriores, a RAP apresentou no seu Jantar de 33.º Aniversário o seu

## 1 Fevereiro

Como é da tradição, em memória do fatídico Regicídio, a 1 de Fevereiro foi mandada celebrar **Missa pelas almas de SM o Rei Dom Carlos e de seu Filho, SAR o Príncipe Dom Luís Filipe**, assassinados no Terreiro do Paço em 1908. A Missa realizou-se na Igreja de S. João da Foz e acompanharam a RAP neste acto, a Ordem Soberana e Militar de Malta e a Ordem de Cavalaria do Santo Sepulcro de Jerusalém.

## 20 Fevereiro

No dia 20 de Fevereiro, na sede da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), realizou-se o **Debate para as Legislativas** que se realizaram no dia 10 de Março, com representantes dos partidos políticos candidatos pelo círculo eleitoral do distrito do Porto. Estiveram presentes pela coligação AD, Pedro Neves de Sousa, pelo CHEGA, Diogo Pacheco Amorim e pela IL, Albino Ramos. Foi moderador do debate, António de Souza-Cardoso, associado da RAP e antigo Presidente da ANJE.

Foram discutidos e apresentados vários temas, que constam dos programas eleitorais dos partidos políticos, e juntou-se ao debate, no quadro de uma revisão constitucional, as questões de eliminar a anti-democrática alínea b) do artigo 288º - *A forma republicana de governo* – bem como todas a menções redutoras e desrespeitosas de designar Portugal como República Portuguesa. O debate foi muito interessante pela forma aberta como os oradores expuseram os seus argumentos, mas também pela qualidade da moderação e da participação da assistência de cerca de 60 pessoas.



## 12 Abril

Relembrando a fundação da **Taça Duque do Porto**, a RAP divulgou a sua 10ª realização em 12 de Abril e angariou a participação de diversos Associados seus e Simpatizantes. Uma vez mais o evento desportivo realizou-se no Estela Golf Club, entidade à qual se ligam três nomes da RAP, Jorge Quintas, Adalberto Neiva de Oliveira e Jorge Leão.

No almoço de distribuição de prémios, os participantes tiveram o gosto e a honra de ter presentes SSAARR a Senhora Duquesa de Bragança e o Senhor Príncipe da Beira, que representaram SA o Senhor Dom Dinis, Duque do Porto, um habitual jogador da Prova, mas que este ano esteve fora do país, a convite, num evento de elevado prestígio político.

A organização da Taça Duque do Porto é agora da Associação Real Social Cultura Desporto (ARSCD), na qual muitos Associados da RAP são Associados também.

## 29 Abril

Fecha este período de actividades a realização da **Assembleia Geral Ordinária da Real Associação do Porto** que teve lugar no dia 29 de Abril, no Auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, no Porto.

Constava da Ordem de Trabalhos na qual participaram 25 Associados, a (i) Apreciação e Votação do Relatório e Contas de 2023, a (ii) Eleição dos membros dos Órgãos Sociais para o triénio 2024-2026, (iii) a Deliberação sobre o Orçamento e Programa de Actividades para 2024 e (iv) a Deliberação sobre outros assuntos de interesse para Real Associação.

O Relatório e Contas de 2023 bem como o Orçamento e Programa de Actividades para 2024 foram aprovados por unanimidade e foram eleitos os seguintes Associados:

### DIRECÇÃO NACIONAL

#### Presidente

António Paulo Teixeira de Queiroz Valença

#### Vice-Presidente

Paulo Corte Real Correia Alves

#### Secretário

José António Peres da Silva Bastos

#### Tesoureiro

Tiago Arnaud Pereira Lafuente

#### Vogais

Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages, Filomena  
Maria de Castro Alves e Duarte Nuno Dias  
Vieira de Carvalho Laranjeira

### ASSEMBLEIA GERAL

#### Presidente

Jorge Filipe Braga Barros Leão

#### Vice-Presidente

Alberto Cândido Alves Baldaque Lobo

#### Secretário Geral

Sofia Adelaide Moreira Olazabal Almada Simaens

### CONSELHO FISCAL

#### Presidente do Conselho Fiscal

Rui Fernando Barros Matos de Carvalho

#### Vice-Presidente

Maria Antónia Bettencourt Cyrne Pacheco Malafaya

#### Vogal

Maria Leonor Trigueiros Cruz



## Actividades da Real Associação de Lisboa

### Jantar de Reis

Decorreu, no passado dia 6 de Janeiro, o II Jantar de Reis da Real Associação de Lisboa, momento anual de confraternização entre os associados, encontro que este ano foi apadrinhado por SA o Infante D. Dinis, Duque do Porto. No final do jantar, a Professora Aline Gallasch-Hall de Beuvink dissertou sobre as lendas, mistérios e significados dos Reis Magos, a qual cativando todos os comensais.



### Visita ao Palácio das Necessidades

No dia 27 de Janeiro, teve lugar nova sessão dos Roteiros Reais, com uma visita ao Palácio das Necessidades, antigo convento, palácio real e actualmente sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O grupo de 30 associados foi privilegiado com as explicações do maior conhecedor deste nobre edifício da cidade de Lisboa, o Embaixador Manuel Côrte-Real, que foi o anfitrião e guia.

Os Roteiros Reais são uma iniciativa da Real Associação de Lisboa, visando proporcionar aos nossos associados acesso a lugares e monumentos de interesse histórico, arquitectónico e artístico, pouco acessíveis ao público em geral.



### José Ribeiro e Castro em Conversas Reais

No dia 5 de Março, ao serão, ocorreu mais um jantar tertúlia da Real Associação de Lisboa, Conversas Reais. Em véspera de eleições legislativas, o convidado especial foi José Ribeiro e Castro, tendo falado, perante uma sala cheia, sobre a necessidade duma reforma do sistema político, para aproximação das comunidades e dos eleitores à política.



### RAL elege corpos sociais para o triénio 2024 – 2026

Decorreu, no dia 9 Março, uma concorrida (apesar da intempérie que abateu sobre a cidade) Assembleia Geral para apresentação do Relatório e Contas de 2023 e eleição da direcção da Real Associação de Lisboa para o triénio 2024 – 2026.

Parabéns a todos os eleitos, a quem se agradece a disponibilidade e se deseja boa sorte no cumprimento do seu exigente mandato.

#### DIRECÇÃO NACIONAL

##### Presidente

João Távora

##### Vice-Presidente

Francisco Lobo Vasconcelos

##### Secretário

José Manuel Castro

##### Tesoureiro

Salvador Marçal Batista de Morais

##### Vogais

Aline Gallasch-Hall de Beuvink

Pedro Velez

Diogo Martins Severino

Marco Gomes da Silva

Joaquim Biancard Cruz

**ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente**  
Nuno Pombo

**Vice-Presidente**  
Miguel Cabral Moncada

**Secretário Geral**  
Luís Miguel Barata

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente do Conselho Fiscal**  
Nuno de Bragança van Uden

**1º Secretário**  
Tiago Teles de Abreu

**2º Secretário**  
Nuno Barata Figueira



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DE TRÁS-OS-MONTES  
E ALTO DOURO**

**ALMOÇO DE REIS - 6 Janeiro**

No passado dia 6 de Janeiro, com o patrocínio e presença de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte de Bragança, realizou-se o Almoço de Reis, iniciativa da Real Associação do Porto, organizado em conjunto com a Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O almoço-convívio informal realizou-se na Quinta da Avesada, em Favaios, e do seu programa constava uma receção ao som de concertina, degustação de um aperitivo e visita à Enoteca da Quinta e às vinhas mais próximas antes da refeição. No final do almoço, SAR, o Senhor Dom Duarte de Bragança, presenteou todos os presentes com mais um dos seus elucidados discursos.

Foi um óptimo dia de convívio entre todos que beneficiou de um excelente número de participantes.



**REAL ASSOCIAÇÃO  
DE BRAGA**

**JANTAR DOS CONJURADOS 2023 NORTE**

Realizado pelas Reais Associações de Braga, Viana do Castelo, Trás-os-Montes e Alto Douro, no Palácio de Vila Flor em Guimarães, no dia 31 de Dezembro de 2023, o jantar contou com mais de sessenta "conjurados".

A intervenção da noite, coube ao Sr. Professor Doutor José Carlos Seabra Pereira docente da Universidade de Coimbra, que fez uma brilhante e interessantíssima "Evocação a 1640".

S.A.R. o Senhor Dom Duarte de Bragança transmitiu a sua tradicional mensagem do 1º de Dezembro.



**1º Aniversário da actual Direcção da Real Associação de Braga**

A Assembleia-Geral da Real Associação de Braga, realizada no dia 15 de Junho de 2023, na Casa de Vale Flores em Infias, na Cidade de Braga, elegeu os novos órgãos sociais da Real Associação de Braga.

Na fotografia, a maioria dos eleitos para os novos órgãos sociais da Real Associação de Braga.



**Jantar dos Conjurados 2023 Lisboa**

A Real Associação de Braga ofereceu um quadro, do artista minhoto, Acácio Viegas, para ser leiloado no Jantar dos Conjurados de 2023, organizado pela Duquesa de Coimbra, a Senhora Infanta Dona Maria Francisca. O resultado do leilão reverteu para a associação Banco do Bebé.

**Braga 50 Anos do 25 de Abril de 1974**

O Município de Braga e a Assembleia Municipal de Braga celebraram os 50 anos do 25 de Abril de 1974.

Esta cerimónia decorreu no Theatro Circo de Braga, onde todas as bancadas partidárias intervieram com um texto sobre o evento.

A Real Associação de Braga tem quatro dos seus associados como membros da Assembleia Municipal de Braga, em diferentes partidos políticos.

Neste dia, três desses deputados municipais foram os responsáveis pelas intervenções sobre o 50º aniversário do 25 de Abril de 1974, em representação dos seus respectivos partidos políticos.

Os Deputados Municipais de Braga da Real Associação de Braga (da direita para a esquerda):

- Gonçalo Pimenta de Castro
- Pedro Borges de Macedo
- Alexandra Pereira Lima Lopes
- Nuno Durval Cruz Silva



**REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO**

**110 anos da Madre Aguiar**

No dia 2 de Novembro de 2023, completou 110 anos de vida a “Madre Aguiar”, data celebrada na companhia de familiares e amigos.

D. Maria Helena Saraiva de Aguiar, Madre Aguiar, nasceu a 2 de Novembro de 1913, em S. Tomé e Príncipe sendo a sua infância partilhada entre Braga, onde vivia a sua avó paterna e uma tia, por quem tinha uma ternura que nunca esqueceu, e Lisboa, onde fez a sua formação artística. Foi no Conservatório dessa cidade que, com apenas 17 anos, concluiu, com 20 valores, o seu Curso Superior de Piano. Depois, na Congregação de Sta. Doroteia, onde professorou, dedicou-se ao ensino de piano. Atualmente, reside no Colégio de Nossa Senhora da Paz, no Porto, onde desempenhou o cargo de professora ao longo de seis décadas, interrompido após a chegada da pandemia. Gosta de criar laços de amizade, tal é o seu jeito de cativar e simpatia, e de se manter informada das realidades sociais, políticas e culturais da actualidade. Todos os dias, até há cerca de um ano, para lá das suas obrigações religiosas e comunitárias, nunca adormecia sem gastar algumas horas na leitura de revistas e livros de muitos e variados temas, escritos em francês, espanhol e, naturalmente, português. Presença assídua em acontecimentos familiares, nunca faltou a nenhum acontecimento da família. Casamentos, baptizados, comunhões, funerais e até nos aniversários dos mais novos, faz questão de estar presente. Muitas das vezes era ela, com a sua boa disposição, quem animava as festas, tocando e cantando composições para as quais escrevia textos apropriados e com imensa graça.

De acordo com um dos seus primos, o Dr. Carlos Alberto Aguiar Gomes, o jantar de aniversário incluiu, “obrigatoriamente”, duas iguarias às quais a aniversariante nunca diz não - pizza e coca-cola. Lúcida e conversadora, “Madre Aguiar”, aos 110 anos, é uma das mulheres mais velhas do país.

É uma monárquica convicta, pois nos seus aniversários, sobretudo nos últimos anos, o bolo de aniversário é decorado com a bandeira azul e branca, e canta-se sempre o “Hino da Maria da Fonte”.

Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, atendendo estes factos, decidiu condecorar a Madre Aguiar com a Grã-Cruz Honorária da Real Ordem do Arcanjo São Miguel, condecoração esta que foi entregue no dia 26 de Janeiro, pelo autor destas linhas, numa cerimónia privada, que contou com a presença dos seus primos, Dr. Carlos Aguiar Gomes e sua mulher a Dra. Luísa Vasconcelos, e algumas religiosas da instituição.

Foi um momento de boa disposição, no qual a homenageada demonstrou uma enorme lucidez, conversando com todos os presentes, mostrando-se muito interessada em folhear o número especial do Correio Real dedicado ao casamento da Infanta D. Francisca de Bragança, que lhe foi oferecido na altura, depois de ter recebido a Carta Patente que leu com muita atenção.

Agradeceu a honra que lhe foi concedida dizendo que não era merecedora de tal distinção.

*José Aníbal Marinho*





## 900 ANOS DO FORAL DE D. TERESA A VISEU

[ 1123 - 2023 ]

27 de maio de 2023  
18 horas  
Clube de Museus Nacional de Vila Verde



A Real Associação de Viseu convida os Cidadãos de Viseu a participarem nesta conversa que assinala um importante marco histórico da nossa cidade.



REAL ASSOCIAÇÃO  
DE VISEU

Comemorações dos 900 anos do Foral  
Dona Teresa

A Real Associação de Viseu participou, no transacto mês de Maio, nas Comemorações dos 900 anos do Foral Dona Teresa, onde teve papel activo, com o seu Presidente, Álvaro de Menezes, membro da Mesa de Honra das Comemorações, a convite do Município.



### Curiosidades

**Filipinas:** Um país que ainda não definiu como se escreve o seu nome

Desde o tempo da colonização espanhola, o País foi baptizado Filipinas, em homenagem aos Reis Filipe de Espanha. Mais tarde, os Estados Unidos da América conquistaram, invadiram e ocuparam esse território e passaram a escrever o seu nome com PH para fazer o som F em inglês. Actualmente, escrevem o nome do País com um PH que é pronunciado como um F. Esta ortografia ainda é muito contestada hoje em dia porque se considera que devia voltar a ser escrito com um F. A acrescentar a este facto nas notas do banco nacional, pesos, o País é escrito com a letra P...

Também no caso de Timor, há muita gente que considera que anteceder o nome de Timor com o adjectivo de República Democrática dá-lhe um certo

aspecto de República Socialista parecida com a Coreia do Norte ou outros países de governo marxista.

No caso de Portugal, anteceder o nome do nosso País com a palavra "República", cria uma dúvida sobre qual é o verdadeiro nome: Portugal ou República Portuguesa?



## SAR o Senhor Duque de Bragança e SA o Senhor Duque do Porto visitam a Ásia

Em meados de Fevereiro de 2024 o Senhor Duque de Bragança e o Infante Dom Dinis visitaram Manila, capital das Filipinas, e Macau, a convite dos Senhores Dr. Billy Chan e Dr. Manson Fok, dirigentes da Fundação Sino-Phil Asia International Peace Awards. O Senhor Dom Duarte recebeu o *The Heritage Award for Peace* entregue anualmente por aquela Fundação. A cerimónia teve lugar em Macau e foram acompanhados nesta visita pela Senhora Dra. Denise Lau, organizadora desta viagem.

Na Catedral de Macau, os Senhores Dr. Billy Chan e Dr. Manson Fok foram entronizados na Real Ordem do Arcanjo São Miguel, anteriormente denominada Real Ordem de São Miguel de Ala. Nessa ocasião, o Senhor Dom Duarte teve a oportunidade de participar na Procissão de Nosso Senhor do Bom Jesus dos Passos em Macau, que tem lugar nesta cidade há 400 anos.

Durante a visita foram acompanhados pelo Senhor Dr. Vitório Rosário Cardoso e tiveram a oportunidade de cumprimentar o Senhor Bispo de Macau, Dom Stephen Lee Bun-sang. Visitaram também o Banco Nacional Ultramarino que continua a ser o banco emissor da Pataca de Macau após a transferência de soberania para a República Popular da China. O seu director, o Senhor Dr. Carlos Álvares recebeu-os num almoço-convívio muito interessante, na presença de várias personalidades.

Durante a curta estadia em Hong Kong, os Príncipes foram recebidos com um almoço pela Direcção do secular Clube Lusitano.

Depois da visita a Macau, Hong Kong e Filipinas o Senhor Dom Duarte visitou Timor, onde tratou de vários assuntos relacionados com a cooperação da Fundação Dom Manuel II. Infelizmente, não foi possível ficar o tempo necessário para realizar todas as reuniões que estavam planeadas.

Depois da visita a S.E. o Presidente da República, Dr. José Ramos Horta, por motivo imprevisto, o regresso a Portugal teve de ser antecipado, ficando por visitar várias personalidades e amigos. Se Deus quiser, regressará a Timor para participar na Recepção ao Santo Padre Francisco em Setembro, esperando, nessa altura, poder completar a visita interrompida.

Aos leitores que quiserem saber mais pormenores detalhados sobre esta viagem, sugerimos a leitura



Procissão do Nosso Senhor do Bom Jesus dos Passos em Macau



O Senhor Duque de Bragança ladeado pelo Sr. Dr. Billy Chan e pelo Sr. Dr. Manson Fok

do tão bem escrito artigo que poderá encontrar no número 39 da Real Gazeta do Alto Minho, na internet no seguinte endereço:

<https://online.fliphtml5.com/exhq/ssjk/>



## Notícias

### Jantar Real no Grémio Literário

Coincidindo com uma vinda a Lisboa, Luiz Filipe Pinto Coelho, Banqueiro em Genebra, aproveitou para convocar uma série de 80 amigos portugueses e estrangeiros e organizou um jantar no Grémio Literário, presidido por Suas Altezas Reais os Duques de Bragança. Aconteceu no passado dia 15 de Novembro e foi uma excelente ocasião para celebrar a amizade, pois muitos dos participantes foram colegas na Universidade de Genebra.



Giovanni Rondanini da Fundação da Casa de Sêboia; Suas Altezas Reais a Duquesa de Bragança e a Princesa Maria Gabriela de Saboia, Princesa de Itália; de pé: Luis Filipe Pinto Coelho; Sua Alteza Imperial e Real o Arquiduque Lorenz de Austria-Este, Príncipe da Bélgica; Sua Alteza Real o Duque de Bragança; François Gutzwiller dos Príncipes Murat e o Embaixador José de Bouza Serrano.



O Arquiduque Lorenz de Áustria-Este, Príncipe da Bélgica, com Suas Altezas Reais os Duques de Bragança.



Luis Filipe Pinto Coelho, Maria José Fino, Embaixador José de Bouza Serrano, Príncipe Danilo Bucciarelli, Laida Motta Ferreira dos Santos.

### Missa de Sufrágio 1 de Fevereiro

Na passagem de mais um ano sobre o trágico regicídio de 1908, a Real Associação de Lisboa cumpriu o doloroso dever de mandar celebrar uma missa de sufrágio pelas almas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luiz Filipe. A homenagem decorreu na Igreja de São Vicente de Fora, com a Celebração Eucarística a cargo do Reverendo Padre Gonçalo Portocarrero de Almada e as presenças do

Duque de Bragança e de seu irmão, o Duque de Viseu, além das significativas representações das Ordens de Malta, do Santo Sepulcro e de Nossa Senhora de Vila Viçosa, Constantiniana de S. Jorge, tendo reunido numerosa assistência.

No final da celebração, num momento de grande emotividade, o Duque de Bragança depôs uma coroa de flores junto aos túmulos reais, acompanhado pelo Presidente da Real Associação de Lisboa, João de Lancastre e Távora, e pelo Secretário-Geral da Causa Real, José Cortez de Lobão.



## Uma mensagem de Londres

A experiência em Londres está a correr muito bem! Estamos a adaptar-nos lindamente, em especial graças aos bons amigos que nos acompanham nesta aventura.

Como todos os portugueses que temos encontrado no nosso caminho, temos saudades do nosso país e vamos rezando por todos à distância.

Os nossos sinceros cumprimentos a todos os leitores do Correio Real!



**Título:** Constança Telles da Gama: Fio-de-Prumo

**Autora:** Maria João da Câmara

**Edição:** Oficina do Livro

**Páginas:** 511 pp

**Preço:** 24,90€

## A I República não é para esquecer...

«Romance biográfico» ou «biografia em forma de memórias imaginadas» (p. 11), *Fio-de-Prumo* conta a história pessoal e familiar de Constança Telles da Gama (1877-1960), a partir de um arquivo pessoal zelosamente conservado durante décadas e enfim cedido à consulta de Maria João da Câmara, escritora da mesma genealogia, com provas dadas de uma escrita limpa, fluente, que aqui é posta ao serviço duma memória transgeracional com figuras ora extravagantes (e é dizer pouco!) como o Marquês de Nisa, ora aventureiros e carismáticos como Manuel Telles da Gama, conde de Cascais a partir de 1898, que morre a 10 de Outubro de 1910. A filha Constança é presa no Aljube a 1 de Agosto de 1912 (um mês depois de um primo e futuro marido, Dom João de Almeida, ter sido capturado em Chaves, aquando das primeiras incursões monárquicas, e uma semana depois do respectivo julgamento), para ser julgada em Fevereiro do ano seguinte e absolvida. Com a República de 1910, «também a minha vida mudaria de uma forma que nem a melhor literatura que conheci, poderia conceber» (p. 121). O primeiro contacto entre os futuros noivos foi, na verdade, uma carta escrita no Aljube para ele, detido na Penitenciária...

É este sem dúvida um relato que faltava ver escrito — e doravante lido! — pelo menos desde 2002, quando a Quetzal publicou o igualmente impactante testemunho de Maria Teresa de Souza Botelho e Mello (1871-1947) *Memórias da Condessa de Mangualde. Incurões Monárquicas 1910-20*, prefaciado por Vasco Pulido Valente. Os dois livros conversam entre si, suponho, acerca desse período tão traumático e convulso, e para mais pelas vozes de mulheres generosas e fortes («embora eu seja magra como uma cana», p. 43), que enfrentaram as agruras dum tempo feroz com um timbre muito próprio («muitas obrigações morais», p. 59; e «uma bitola de rectidão», p. 243). Se digo 2002, digo também ou digo sobretudo 2010, por ocasião das escandalosamente milionárias e demagógicas comemorações da implantação golpista, não democrática e nunca referendada,

da chamada «república portuguesa». «A lei em Portugal, nessa época, era a lei do sopapo, a lei da bomba, a lei da intriga política e a lei da denúncia», em síntese na p. 146.

Maria João da Câmara escreve as «memórias imaginadas» da protagonista, muito marcadas também por figuras familiares, como o irmão Vasco (1879-1902), de vida estroina em Lisboa e morte febril numa roça sãotomense, um ano e meio depois de lá chegar («com ele quase morreu a memória da minha



infância», p. 99), ou o pai e o facto de, «apesar de ter ainda dois filhos, ter sido em mim que ele depositou a sua confiança» (p. 109), ou mesmo o escritor Eça de Queiroz, seu tio, de quem, todavia, deixou apenas um brevíssimo apontamento. Os capítulos «Penitenciária», «Cavaleiro exótico» e «Devoções»,

**«A lei em Portugal, nessa época, era a lei do sopapo, a lei da bomba, a lei da intriga política e a lei da denúncia»**

sobre Dom João de Almeida e a sua paixão crescente («laço fortíssimo, invisível e muito poderoso», cap. «Liberdade», p. 285), são dos mais belos deste livro.

Embora o apoio a presos políticos e às suas famílias tivesse sido o motivo para a detenção de Constança Telles da Gama, uma vez absolvida em julgamento ela persistiu no mesmo esforço de compaixão e caridade, mais intenso até, apesar dos entraves a cada dia renovados («Hoje pergunto-me onde fui eu buscar tanta energia e tanta força para toda aquela faina», p. 310).

Já o regresso, compulsivo, de João de Almeida à Áustria viria a colocar, mais tarde, Carlos I e Zita nas relações do casal, dada a amizade e a fidelidade do militar com dupla nacionalidade (convidado a assistir à coroação do Imperador). As páginas finais deste Fio-de-Prumo são, por isso, justamente dedicadas — «com toda a alma e coração» (p. 475) aos exilados na Ilha da Madeira desde Novembro de 1921 e ao socorro que Almeida ali lhes foi prestar, um mês depois. «Entretanto eu permaneci em Lisboa esperando por Zitina, cuja autorização para ir buscar os filhos à Suíça foi finalmente concedida e apressada por especial favor [...]. Tive assim a alegria e a honra de a receber em minha casa, na Travessa do Jardim» (p. 488). Mais tarde Constança presenciou, no Funchal, os derradeiros momentos da vida do Imperador, pois brincava com os seus filhos no jardim quando o primogénito Otto foi chamado pela mãe para se despedir do pai. «O João e eu partimos da Madeira muito entristecidos, mas com o sentimento do dever cumprido. Regressámos à Travessa do Jardim. Lisboa continuava a capital de um país fora dos eixos, mas a nossa vida seguiu o seu rumo tranquilamente» (p. 495).

Vasco Rosa

## Daqui e dali

*“Só quem não depende de ciclos eleitorais, tem uma visão integral do país e compreende o valor e a insubstituibilidade de cada um dos seus recantos e de todas as suas gentes, é capaz de o servir tão completamente e de lhe dedicar cada dia de vida”*

João Vacas, in *Correio Real* n.º 23

## ESTANTE

**A Representação do Último Duque de Aveiro. Nos 265 anos da sua execução pública e da dos réus da família Távora, de Gonçalo Ary Portocarrero de Almada.** Prefácio de Paulo Otero e posfácio de Mafalda Miranda Barbosa. Lisboa: Principia, 2024, 160 pp. 15,85€



**Amélia de Leuchtenberg, Imperatriz do Brasil, Duquesa de Bragança, de Cláudia Thomé Witte.** Lisboa: By the Book, 2024, 584 pp. 26,50€



**A Monarquia Constitucional 1870-1910, de Maria de Fátima Bonifácio.** Lisboa: Dom Quixote, 2024, 216 pp. 18,80€



**D. Pedro I, de Cristina Fimenta.** Lisboa: Temas e Debates, 2024, 384 pp. 22,20€



**D. Sebastião, de Maria Augusta Lima Cruz.** Lisboa: Temas e Debates, 2024, 384 pp. 22,20€



**O Mosteiro de Flor da Rosa. Do Priorado do Crato ao panteão de Alvaro Gonçalves Pereira de Jorge Rodrigues e Paulo Pereira.** Lisboa: By the Book, 2024, 208 pp. 34,00€



## Viver o que foi vivido, construir no que foi construído.

**SALVADOR MORAIS**

Foi com enorme honra que aceitei o convite do Correio Real para reabrir um espaço de apresentação do nosso património construído com ligação à nossa querida Família Real.

Portugal é um país com uma herança patrimonial extraordinária que se estende ao longo do seu território continental, ilhas e além fronteiras. Num país com quase 900 anos, encontramos edifícios de cariz habitacional, militar e religioso que testemunham a nossa história, a nossa cultura e a presença da nossa Família Real.

São edifícios extraordinários, monumentais e singulares nas suas características arquitectónicas que permitem entender o contexto histórico, cultural e económico da época que se vivia no momento da sua construção.

O legado que nos é deixado é riquíssimo e múltiplo: ao longo destes 900 anos, foram construídos edifícios que espelham de forma rigorosa os estilos arquitectónicos clássicos e próprios da época em que foram construídos, mas também criámos e inovámos em momentos de maior fulgor económico e temos estilos nossos, como por exemplo o Manuelino que surge como um marco que celebra os descobrimentos.

A Arquitectura é perene e reflecte o *modus vivendi* da época da sua construção e de quem o viveu; essa característica permite reviver a história e visitá-la: conseguimos viajar no tempo e voltar ao cenário onde viveram os nossos reis e imaginar com algum rigor como viveu cada um dos nossos monarcas quais os seus gostos e o que privilegiava.

A Arquitectura é também viva e pode evoluir com o tempo. São diversos os exemplares construídos onde percebemos uma evolução

Num país com quase 900 anos, encontramos edifícios de cariz habitacional, militar e religioso que testemunham a nossa história, a nossa cultura e a presença da nossa Família Real.

temporal através da sua construção transportando uma autenticidade histórica que importa valorizar e entender.

Foram abordados alguns conceitos como o da Singularidade, da Monumentalidade e Autenticidade histórica.

Vamos entendê-los e olhar de forma concreta para o Paço Ducal de Viçosa.

Ao chegar ao Terreiro do Paço Ducal de Vila Viçosa não se pode ficar indiferente à monumentalidade do edifício. A monumentalidade diz respeito à escala, mas não só. É o resultado de uma mistura de fatores, não só o tamanho, mas também a forma como nos relacionamos com a edificação,

a sua materialidade e o ritmo conferido pela sua fachada. O facto de estar inserido numa praça e termos a leitura plena dos seus 110m de fachada, ritmada pela contínua

abertura das suas janelas de dimensão idêntica e revestida a mármore, deixam-nos numa posição de nos sentirmos absorvidos pela presença deste edifício.

A mesma fachada, mas numa rua estreita perderia a leitura da continuidade e a monumentalidade do edifício perde-se. Monumentalidade resulta da dimensão versus relação que temos com o edifício.

A singularidade é tudo o que o torna único e que o caracteriza. Voltando a Vila Viçosa, facilmente identificamos de que edifício se trata quando vemos uma fotografia de um troço da fachada pelo material empregue em conjugação com a métrica das janelas. Se virmos a mesma fotografia, mas com o edifício rebocado e pintado, perdemos completamente a sua característica ímpar torna-se num edifício comum e perde a sua singularidade. Seria o mesmo se tirássemos os elementos Manuelinos da Torre de Belém.

O tema da autenticidade histórica é interessante, embora traga alguma polémica. Os edifícios vão evoluído com o tempo e Vila Viçosa não é exceção: o edifício foi sendo construído e à medida que os anos vão passando surgem novas técnicas e novos materiais que se vão usando, o que lhe confere a garantia de conseguirmos identificar com clareza o que foi construído nos séculos XVI, XVIII ou XIX. Fazendo apenas uma abordagem à estratégia e não à estética se pensarmos no Palácio da Ajuda e na sua recente intervenção observamos de forma muito clara o que é a autenticidade histórica. Daqui a 100 anos, em pleno século XXII, os nossos bisnetos vão olhar para o Palácio de Ajuda e vão conseguir distinguir o que foi o edifício original e o que foi a intervenção do séc. XXI. A Autenticidade Histórica é garantida da mesma forma como na Sé de Lisboa identificamos o que é Românico e o que é Gótico.

O nosso património arquitectónico permite-nos viver no que foi vivido e por vezes obriga-nos a construir no que foi construído.



# BOHEMIA



CERVEJA

